

2023

Relatório de Gestão





ÍNDICE

ÍNDICE	2
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
01.	4
SUMÁRIO DE INDICADORES	4
02.	6
ESTRUTURA ORGANIZATIVA	6
MODELO DE GOVERNO	6
03.	11
EQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE	11
LINHAS DE NEGÓCIO	11
04.	14
ANÁLISE FINANCEIRA	15



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2023

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras anuais, as quais dão uma imagem verdadeira da situação financeira real da sociedade e dos resultados das operações do exercício.

O Conselho de Administração partilha e é da opinião de que as demonstrações financeiras apresentadas refletem a imagem fiel da situação financeira da sociedade bem como os resultados das operações do exercício de 2023.

As demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração de 29 de Abril de 2024 e pela Assembleia Geral de 30 de Abril 2024, e aprovadas nas secções de Conselho de Administração e Assembleia Geral que foram encerradas em 29 e 30 de Maio 2024 respetivamente.

Em nome de todos os membros do Conselho de Administração, gostaríamos de deixar aqui expressos aos nossos estimados clientes a nossa profunda gratidão e pedir-lhes que continuem a confiar no MAIS S.A.

Os nossos agradecimentos são extensivos a todo os colaboradores, pelo seu esforço e desempenho demonstrados durante 2023, encorajando-os a prosseguir nessa via para que 2024 seja um ano próspero para o MAIS S.A.

Finalizando, agradecemos aos acionistas que continuam a acreditar na instituição, mantendo o apoio contínuo, para que o MAIS tenha sucesso.

Pelo Conselho de Administração

Narciso Matos

Presidente de Conselho de Administração

Gildo Lucas

Administrador Delegado

Bian Fang

Vice-Presidente de Conselho de Administração

Mehdi Gharbi

Administrador não Executivo

João Cristóvão

Administrador não Executivo



01.

SUMÁRIO DE INDICADORES

	2022	2023	Var 2023/2022	
BALANÇO				
Activos totais	3.267.597.879	4.332.647.220	↑	33%
Carteira de Crédito	1.450.624.710	1.517.996.353	↑	5%
carteira de Depósitos	1.843.618.961	2.629.869.235	↑	43%
Capital Social	1.462.798.178	1.462.798.178	→	0%
Fundos Proprios	1.320.399.777	1.438.256.883	↑	9%
Performance Financeira				
Margem Financeira	440.702.601	406.154.960	↓	-8%
margem complementar	40.797.015	30.679.955	↓	-25%
Producto Bancário	481.499.615	436.834.916	↓	-9%
Outros proveitos	59.471.774	20.603.003	↓	-65%
Despesas Adminsitrativas	96.026.981	123.812.280	↓	-29%
Despesas com Pessoal	114.224.709	115.077.477	↓	-1%
Resultado do Exercicio	179.468.621	109.870.681	↓	-39%
ROA	5%	3%		
ROE	18%	8%		
Qualidade de Activos				
Imparidades totais	188.923.504	245.541.758	↑	30%
Impairment/Loans ratio	13%	16%		
Impairment/NPL cover	84%	84%		
Cost-to-Income	-44%	-55%		
Cost-to-Income (incl. Amort+Impair)	67%	76%		
CD Ratio	79%	58%		
Racio de Solvabilidade	49,23%	49,23%		
Pessoal	73	74		
Unidade de Negocio	7	7		





02.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

- MODELO DE GOVERNO
- ESTRUTURA SOCIETÁRIA

MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo do Microbanco MAIS está estabelecido nos seus Estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 13/05, de 30 de Setembro). Os Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, Fiscal Único.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do MAIS, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos. Tem como principais competências:

- Eleição e aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos sociais;
- Apreciação do Relatório Anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do MAIS, tendo em consideração o parecer do Fiscal Único;
- Deliberação sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração; e
- Deliberação sobre alterações aos estatutos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por nove membros que efectuam o acompanhamento geral do MAIS, definem as estratégias de actuação e deliberam sobre as matérias mais relevantes para o desenvolvimento do Microbanco.

GESTÃO

Conforme a decisão do accionistas, em 2023 a gestão executiva do MAIS é representada pelo Administrador Delegado designado pelo Conselho de Administração. Em termos operacionais a condução da actividade de gestão do MAIS são lideradas pelo Administrador Delegado com ajuda do CFO e vários comités existentes no microbanco.

As reuniões, são normalmente conduzidas uma vez por mês ou sempre que necessário, sendo convocadas pelo seu Coordenador.

Ao longo de 2023, foram implementadas e supervisionadas novas estruturas, controlos e processos com vista a assegurar e monitorizar as actividades do MAIS nos momentos críticos, quer as de gestão corrente quer as de valor estratégico para a organização. Instituiu reorganizações internas que em conjunto com os Órgãos Colegiais, asseguraram a monitorização das várias áreas organizacionais.



Órgãos Colegiais: Comité de Coordenação, Comité de Auditoria, Comité de Gestão de Risco, Sub-Comité de Risco e Compliance, Comité de Crédito.

Comité de Coordenação: O Comité de Coordenação, que se realiza mensalmente ou quando for necessário, é constituído pelos Administrador Delegado, CFO e pelos responsáveis dos departamentos. Tem como função avaliar, em termos globais, o desempenho das actividades do MAIS, efectuar o planeamento e acompanhamento das actividades, identificar os pontos de estrangulamento e definir planos de actuação interdepartamental com vista a alcançar as metas definidas.

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria analisa, avalia e recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade. O Comité de Auditoria desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo interno.

Comité de Crédito: O Comité de Crédito realiza-se semanalmente e é constituído pelo do Departamento de Crédito, Departamento Comercial, Departamento de Risco, Departamento Jurídico e membros da Gestão. Tem como funções deliberar sobre as operações de crédito a clientes e acompanhar a evolução da qualidade da carteira de crédito.

Comité de Risco: Este comité é constituído pelos membros do Conselho de Administração e responsável do Risco. Tem como função monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Microbanco, zelando pelas políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco, bem como analisar a eficácia do processo de gestão de riscos. O comité é presidido pelo membro não executivo do Conselho de Administração.

Sub-Comité de Risco Compliance: O Subcomité de Risco e Compliance é um órgão colegial, subordinado ao Conselho de Administração, criado para facilitar, identificar, mitigar e monitorar os níveis de risco e assegurar que o Microbanco esteja actuando de acordo com as disposições estabelecidas pelas políticas bancárias internacionais e pela Legislação Local emanada pelo Regulador e demais legislações sobre a matéria. Este órgão é presidido pelo responsável do Risco e composto pelos membros, sendo CFO e responsáveis das áreas e departamentos e convidados permanentes sendo o Administrador Delegado, Presidente do Comité de Risco e responsável pela Auditoria Interna do MAIS.



FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Microbanco. De entre várias competências, destacam-se:

- Acompanhar e fiscalizar, com regularidade, o cumprimento dos regulamentos contabilísticos aplicáveis, a situação financeira e patrimonial do MAIS e analisar a contabilidade;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e sobre as contas de Administração para cada exercício, incluindo documentos de certificação legal de contas anuais;
- Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de Gestão do MAIS;

Este cargo é a partir de 2022 passou a ser desempenhado pela empresa de Auditoria BDO (Moçambique) LDA.

AUDITOR EXTERNO

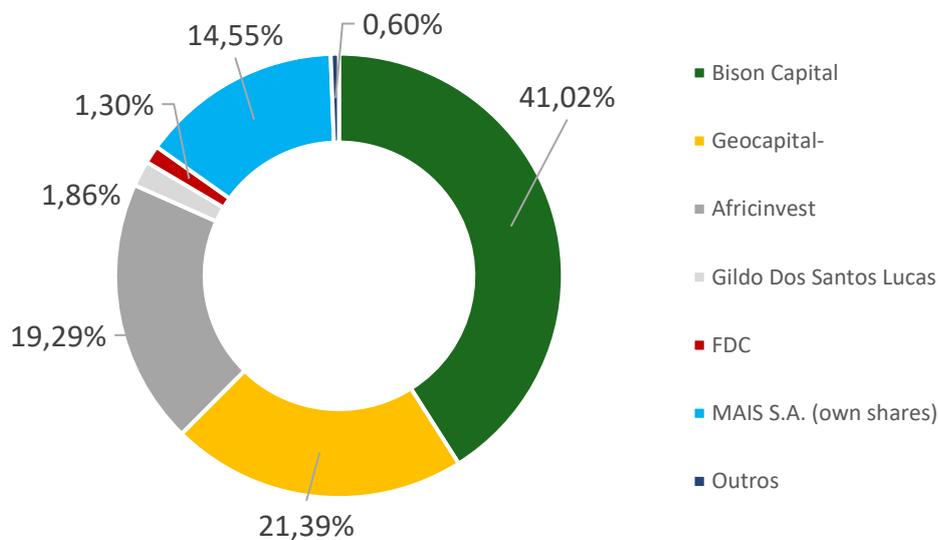
A auditoria externa é assegurada pela KPMG, Lda. O MAIS considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para



ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O MAIS é um microbanco focado no segmento empresarial que presta um serviço completo de banca comercial aos seus clientes, através das suas sete (7) Unidades de Negócios distribuídas pelo País. Em 2023, o Microbanco MAIS não reforçou os seus capitais próprios mantendo o valor em 1.462.798.178 MZN, no entanto passando a existir acções próprias do MAIS. A distribuição das acções por cada acionista é demonstrada no quadro ao abaixo.

Estrutura Accionista



O MAIS integra na sua estrutura accionista as entidades e indivíduos de várias geografias, nomeadamente, Moçambique, Macau e Hong Kong (China), Maurícias.

A **BISON Capital Financial Holding Co Ltd** entrou na estrutura societária em 2018 por via de subscrição das acções e aumento de capital. Neste momento a posição do accionista maioritário é de 41,02%.

A **BISON Capital Financial Holding Co Ltd** é uma holding multinacional de investimentos que actua em diversas áreas, com investimentos no sector financeiro e também no sector dos *media* e saúde. A estratégia da BISON baseia-se na alocação de recursos financeiros a nível mundial. Conta com uma equipa profissional de gabarito internacional focada na materialização das novas oportunidades de crescimento das empresas do grupo e potencia a formação de importantes alianças estratégicas em vários sectores de negócios.

No mercado financeiro asiático, a BISON estabeleceu uma plataforma global de gestão de património em Hong Kong e mantém parcerias estratégicas estreitas com diversas instituições financeiras na China.



A **Geocapital – Gestão de Participações, S.A.** e a **AfricInvest Financial Sector Limited**, que entraram na estrutura accionista do MAIS em 2014, são entidades com um forte conhecimento e experiência na gestão de instituições financeiras em África. Desenvolveram ao longo dos anos uma rede de parceiros internacionais de relevo, facilitando as ligações a Portugal, China, Macau, Hong-Kong, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Tunísia e França.

A **Geocapital** construiu uma rede de relações privilegiadas no contexto da sua actuação no quadro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A **AfricInvest** tem merecido a distinção de um relacionamento muito especial com a IFC do Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o African Development Bank, a Agência de Desenvolvimento Francesa e o Banco de Desenvolvimento da Holanda.

Gildo Lucas é o maior acionista individual do MAIS, continua ligado à origem do MAIS (anteriormente denominado Banco MAIS e originalmente como o Banco Tchuma, sendo o fundador deste banco). Renomado executivo e doutorado, ele é portador do DNA da instituição.

A **FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade** é uma instituição privada sem fins lucrativos com uma forte presença em Moçambique desde 1994, que visa fortalecer as capacidades das comunidades desfavorecidas com o objetivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique. As principais áreas de atuação da FDC são a educação, saúde, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar, género e ambiente.

O Gildo Lucas e a FDC são accionistas fundadores do Banco Tchuma que actualmente é Microbanco MAIS S.A.



03.

EQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

- LINHAS DE NEGÓCIO
- SUPORTE DO NEGÓCIO

LINHAS DE NEGÓCIO

Durante o ano de 2023, o Banco MAIS deu continuidade a sua estratégia comercial suportada pelo alargamento da base de clientes e segmentação da rede de negócio em função das necessidades dos clientes. Foram levadas a acabo as acções de planeamento e controle de liquidez, diversificação na captação de funding, controle de risco nas operações activas e foco nos resultados. As actividades realizadas reflectiram-se na evolução do negócio e os resultados atingidos.

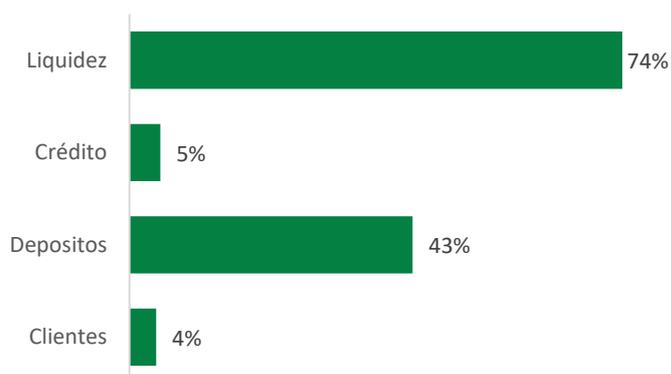
A política monetária restrictiva, orientada para controle de inflação no país, por um lado surtiu efeitos esperados na inflação, colocando a nível de 5,36%, mas por outro lado elevou as taxas de referencia, esfriou o ambiente creditício e aumentou o custo de captação de fundos.

Mesmo assim, o banco registou aumento de número de clientes na ordem de 4%, demonstrando a contínua tendência de reforço da presença no mercado. Os níveis de captação de funding resultaram na captação de mais de 780 milhões de meticais em Depósitos de Clientes proporcionando um aumento de 43%. Isto permitiu ao MAIS manter a posição longa e no último trimestre voltar a participação no mercado interbancário.

A estabilização de liquidez permitiu o microbanco continuar com concessão de crédito, tendo desembolsado mais de 700 Milhões de Meticais no decurso do ano. Estas e outras acções permitiram garantir um desempenho positivo registando pelo quarto ano consecutivo os lucros anuais que reforçam os fundos próprios, tendo eliminado os prejuízos acumulados.

As prioridades estratégicas e comerciais apostaram na diversificação das principais linhas de negócio, potenciando segmentos como PME, Corporate e Retalho e exploração dos negócios complementares tais como intermediação das operações nos mercados de capitais e *bancassurance*. No entanto, o segmento de funcionários públicos, continua a ser de maior peso, ocupando cerca de 2/3 da carteira de crédito, era apenas responsável por 1/3 de desembolsos.

Captação de Clientes, Depósitos, Liquidez, Crédito à Clientes (em percentagem),





SUPORTE DO NEGÓCIO

Desenvolvimento Tecnológico

O MAIS intensificou em 2023 na modernização tecnológica e optimização dos sistemas de informação, através de um conjunto de projectos que visam a melhoria dos processos e o aumento da produtividade, alavancando o valor das soluções do negócio, por um lado e, por outro, garantindo a escala necessária para suportar o crescimento do negócio.

No contexto actual da crescente mobilidade de soluções, integrabilidade e acessos remotos, a especial atenção foi dada para assuntos de cibersegurança, actualização de sistemas, servidores e comunicações no Data Center e da respectiva redundância no DR-site. Ao mesmo tempo foi concluída a renovação de servidores do sistema-core, tendo actualizado o parque de *IBM-iSeries* para a versão mais moderna disponível no mercado internacional.

Para garantir a concretização de objectivos traçados foi autorizado um investimento adicional na ordem de 20 milhões de meticais a serem realizados durante 2024.

Compliance

O Departamento de Compliance do Banco MAIS encontra-se operacional desde os finais de 2014, e encontra-se sob a coordenação directa do Conselho de Administração.

O principal objectivo deste Departamento é prevenir e evitar a violação das normas e/ou desvio de condutas que acarretem consequências negativas para a instituição e para a sociedade: exigir um comportamento aos colaboradores que esteja de acordo com a legislação em vigor, conforme com as Leis nacionais e os normativos internos do Banco, conciliando as acções, condutas e procedimentos com as exigências legais, éticas e regulamentares.

A prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, uma postura profissional e deontológica, que respeite as regras internas e estatutárias, as regras de conduta e de relacionamento com os clientes e as orientações dos órgãos sociais, destacam-se como principais vectores de orientação para um comportamento *Compliant*.

Em 2023, foi iniciado o processo de *upgrade* dos sistemas de *screening*, filtragem e alarmística relacionados com abertura das contas dos clientes e respectivos fluxos financeiros. A nova aplicação será integrada no sistema core, o que permitira monitorização em tempo real. Espera-se que esta automatização irá melhorar a qualidade dos dados e processos garantindo mais alto cumprimento de padrões de “*Know Your Customer*”, “*Know Your Transactions*” e “*Due Diligence*”, respectivamente e cumprimento de normas regulamentares.



Risco

O Departamento de Risco é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Banco se encontra exposto. Faz o acompanhamento da evolução do risco por produto e segmento bem como o acompanhamento do risco ajustado aos principais clientes.

A definição, acompanhamento e implementação da política de Gestão de Riscos no MIAS, conta com o envolvimento de todas as áreas na Gestão dos Riscos materialmente relevantes, no sentido de apoiar os Órgãos de Administração do microbanco. Com este propósito e para apoiar o Comité de Risco, foi criado um Sub-comité de Risco que se reúne mensalmente para monitorar os principais indicadores de risco e avaliar os planos de acção propostos para garantir a melhoria destes indicadores de risco. Este sub-comite é um organismo operacional e reporta ao Comité de Risco.

Rede de Distribuição

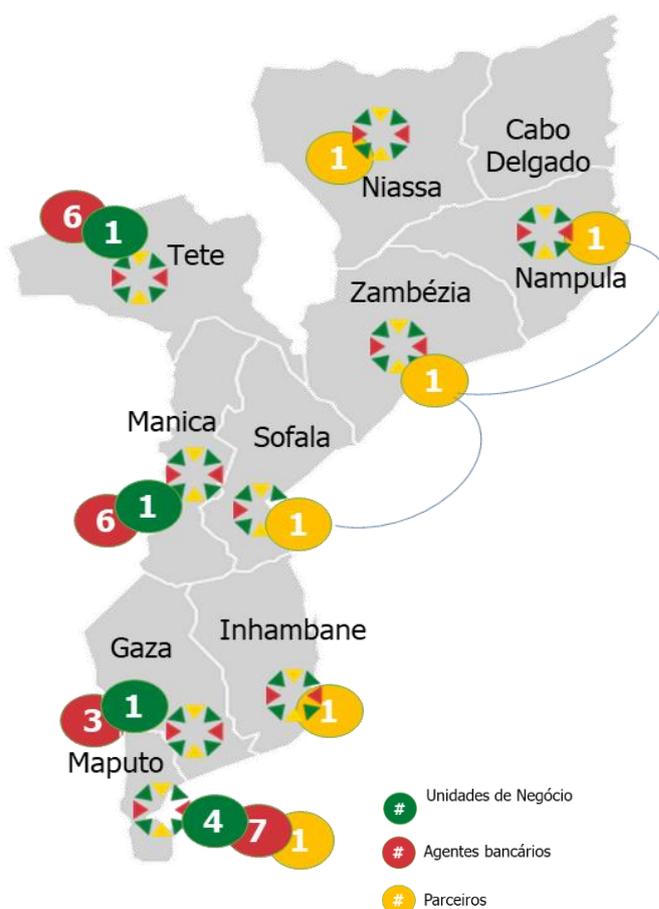
No final do ano de 2023, a rede de distribuição do MAIS era composta por um total de 7 Unidades de Negócio, distribuídas da seguinte forma :

- Sul – 5 Unidades de Negócio, localizadas em cidade de Maputo, Boane
- Centro – 1 Unidades de Negócio, localizado em Chimoio
- Norte – 1 Unidades de Negócio, localizado em Tete.

As agência do MAIS tem uma estrutura Universal, capacitadas para atendimento de todos os segmentos de clientes.

Ao mesmo tempo, o microbanco faz uso de rede de agentes e parceiros, que na sua maioria estão focados na relação com clientes do segmento de funcionários públicos. No entanto, toda operacionalização bancária da relação com clientes é centralizada, e executada nas unidades de negócio e sede.

Desta forma o MAIS cobre 9 das 10 províncias do país.





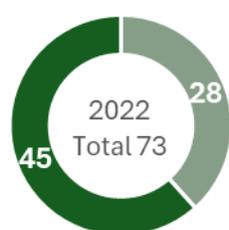
Para além das Unidades de Negócio, o MAIS aposta no desenvolvimento tecnológico e meios de pagamento modernos para facilitar e alargar a relação com clientes. Neste sentido foram concretizados avanços significativos na modernização dos seus meios e canais de pagamento. Focando-se em Cartões, POS e ATM, o microbanco integrou com sucesso a nova plataforma de pagamentos da SIMO (Euronet) e rede internacional VISA (*última encontra-se em teste piloto finais e espera-se ser disponibilizada para os clientes no início do próximo ano junto com equipamento em acquiring*). Este importante desenvolvimento incluiu a transição de todos cartões e equipamentos preparados para tecnologia *contactless* e rede VISA, melhorando substancialmente a segurança e experiência do cliente.

Ao mesmo tempo foi iniciado o processo de upgrade da solução de Internet e Mobile Banking, onde, para além de funcionalidades melhoradas, serão integrados os serviços de interoperabilidade com prestadores de serviços, pagamentos e operadoras e carteiras móveis.

Recursos Humanos

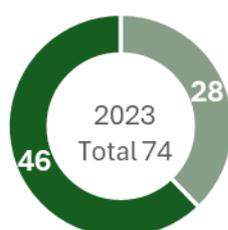
O Departamento de Recursos Humanos assume a responsabilidade por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes áreas do microbanco, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para as metas do MAIS.

Em 31 de Dezembro de 2023, o quadro de pessoal do MAIS era composto por 74 Colaboradores, dos quais 46 eram do género masculino e 28 do género feminino.



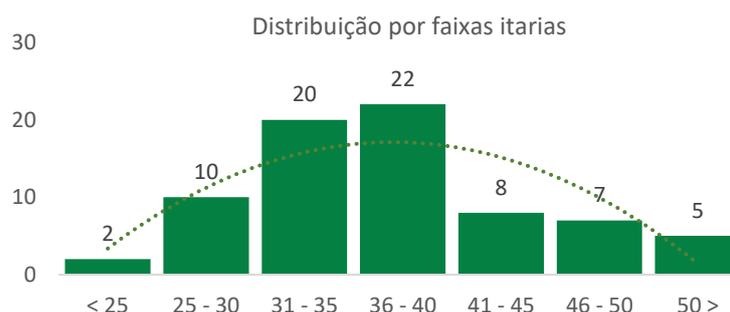
Femenin

Masculir



Distribuição p / áreas	2022	2023
<i>Serviços Centrais</i>	44	45
<i>Rede Comercial</i>	29	29
Total	73	74

A idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 38 anos, sendo que 77% dos colaboradores do MAIS têm entre 30 e 45 anos.





04.

ANÁLISE FINANCEIRA

Nota Introdutória

O MAIS – Microbanco de Apoio aos Investimentos, S.A, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais referentes aos exercícios de 2022 e 2023, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Os resultados e os rácios financeiros atingidos, demonstram a dedicação do MAIS à critérios de prudência na gestão de liquidez, na concessão de crédito aos clientes, na diversificação da carteira de depósitos e no investimento feito ao longo do ano em infraestruturas de suporte de negócio, incluindo segurança informática.

A actividade económica de 2023 foi caracterizada por um ambiente de reforço acentuado da política monetária restritiva, reflectindo-se em dois incrementos da taxa de Reservas Obrigatórias. Em fevereiro, assistiu-se a um aumento deste coeficiente de 10% para 28.5% em moeda nacional e de 10% para 28% em moeda estrangeira, seguido de mais um ajustamento em Maio para 39% e 39,5%, respectivamente. O quadro das taxas diretoras demonstraram igualmente um cenário restritivo com aumento da Prime rate passando de 22,50% para 24,10%

Apesar deste cenário desafiante com impacto directo na rentabilidade da instituição, a actividade do MAIS desenvolveu-se de forma resiliente e prudente, conseguindo absorver os choques e manter mantendo o fluxo operacionais activos, continuando com a implementação de várias iniciativas estratégicas delineadas pelo Conselho de Administração e Gestão do microbanco MAIS.

Neste contexto, no exercício económico de 2023, o MAIS atingiu um Resultado Líquido de 109 Milhões de Meticais sustentado pelo Produto Bancário, redução de Imparidades e adequado controle de custos operacionais conjugada com níveis de liquidez confortáveis.

Em termos dos Recursos de Clientes, até o Dezembro de 2023 o MAIS registou um incremento de 43%, fixando-se em 2.629 mil Milhões de Meticais, sendo o nível mais alto na história do banco.

Relativamente, à Carteira de Crédito comparativamente ao ano de 2022 apresentou uma variação positiva de 5%, tendo desembolsado cerca de 700 milhões de meticais de crédito com destaque para novas operações em produtos e segmentos pouco explorados nos anos anteriores (*Corporate*



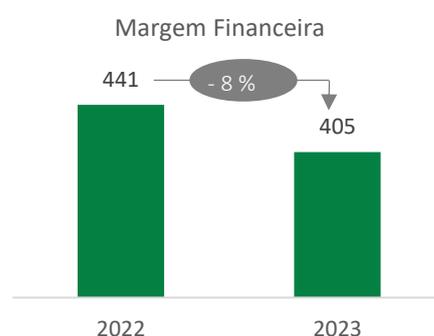
e PME), sendo estes 2/3 do valor desembolsado. Isto demonstra o alinhamento operacional com o plano de diversificação das carteiras e base de clientes.

Os activos líquidos de curto prazo aumentaram 42%, situando-se em 1.812 mil Milhões de Meticais. Este crescimento é um reflexo directo da captação de novos recursos na carteira de depósitos.

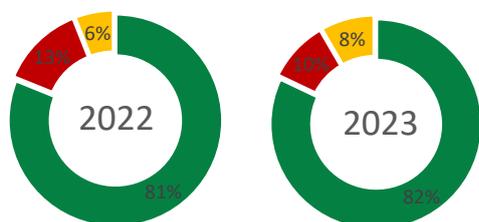
Análise de Rendibilidade

Margem Financeira

Margem Financeira situou-se em 405 Milhões de Meticais, o que representa um decréscimo de 8% (-35 milhões de meticais) face ao exercício anterior, cujo valor foi de 441 Milhões de Meticais. Esta redução da Margem Financeira resulta da combinação de factores que contribuíram negativamente para este comportamento. Neste sentido a queda dos proveitos do Mercado Monetário Interbancário (MMI), devido necessidade de utilização de liquidez para cumprimento de novas Reservas Obrigatórias e esfriamento de ambiente creditício justificam o decréscimo juros e proveitos em 7%. Nota-se que apesar de recuperação do proveitos do Mercado Monetário no último trimestre, o resultado dos juros e proveitos do MMI reduziram cerca de 31% .



Adicionado ao de cima, a inicial falta de liquidez no mercado devido as elevada procura por parte das instituições de crédito para cumprimento das RO's, conduziu para o aumento do custo de captação de depósitos.



de

■ Emprestimos ■ MMI ■ Títulos

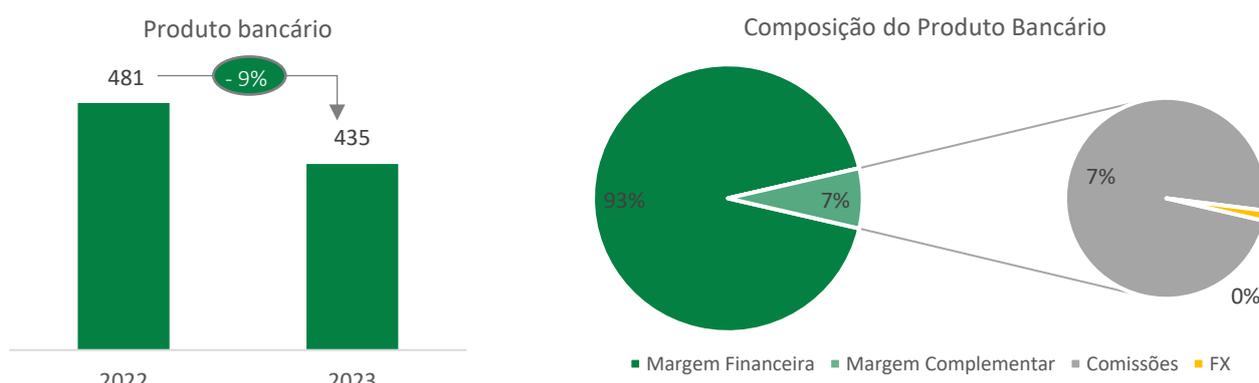
mercado monetário e investimentos em títulos e obrigações.

No entanto, apesar das reduções das rubricas individuais dos proveitos da Margem Financeira, a composição e pesos relativos continuam sem grandes alterações, sendo que cerca de 80% é proveniente da operações de crédito, e o remanescente é combinação



Produto Bancário

O Produto Bancário (*excl. outros rendimentos*), que inclui a Margem Financeira (Juros e proveitos com Juros e Custos) bem como a Margem Complementar (Resultados de Serviços e Comissões e Resultado de Operações Financeiras), fixou-se em 435 Milhões de Meticais, resultando em uma diminuição em 9% (-45 milhões de meticais) face ao ano anterior (481 Milhões de Meticais em 2022). Esta diminuição deve-se principalmente a decréscimo da Margem Financeira discutido acima.



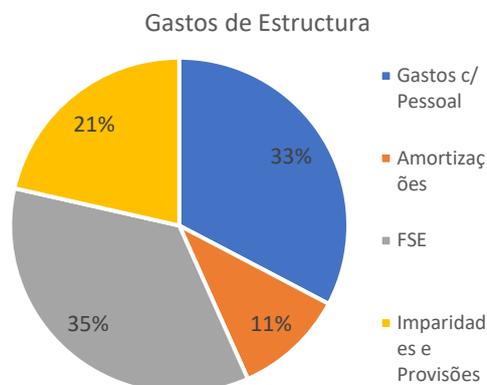
A ausência de Operações Financeiras (FX) (que atingiam um peso de cerca de 15% no produto bancário nos anos passados) obrigou a reformulação da estratégia comercial e operacional, criação de novos produtos e linhas de negócio que permitissem encontrar fontes alternativas de comissões que contribuem para Margem Complementar.

Na parte da Margem Complementar o abrandamento das operações activas e de intermediação também tiveram um impacto. No entanto, em 2023 as novas áreas de negócio e a revisão da estratégia com foco comercial em operações que não tinham muita expressão no passado (*activamente exploradas a partir de 2022*) continuam a demonstrar um comportamento positivo na rúbrica das comissões líquidas. Estes são maioritariamente gerados a partir das operações activas, intermediação no mercado de capitais e corretagem, totalizando 31 Milhões de Meticais em 2023. Espera-se que no próximo ano, a introdução do VISA (*issuing e acquiring*) irá complementar a oferta dos produtos e serviços oferecidos aos clientes do MAIS, proporcionando maior geração de comissões e fluxos financeiros.



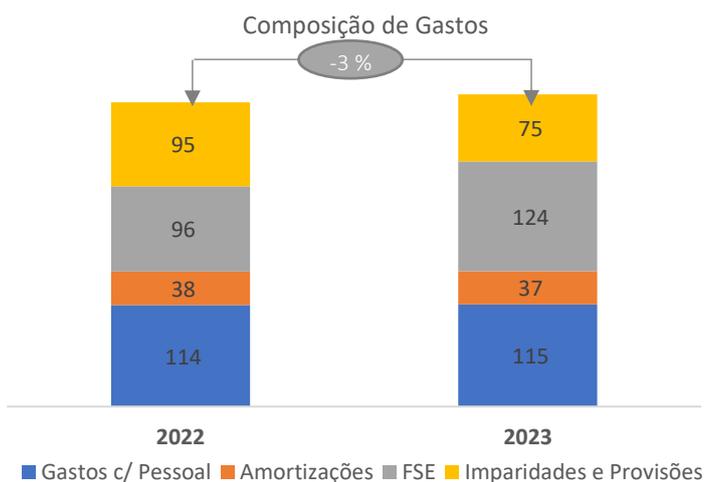
Gastos de Estrutura

Os gastos de estrutura, que incluem os gastos operacionais desembolsáveis (FSE e Gastos com Pessoal) e os gastos operacionais não desembolsáveis (amortizações e depreciações, provisões e imparidades), situaram-se em 351 Milhões de Meticais, estando 9 Milhões de Meticais abaixo do ano anterior. A distribuição entre as quatro principais rubricas revela os maiores pesos em Custos com Pessoal (33%) e FSE (35%) seguindo de Imparidades (+21%) e Amortizações (11%). Os gastos com FSE ficaram relativamente estáveis em comparação com ano anterior.



Assim sendo em 2023, os Gastos Operacionais tiveram o seguinte detalhe:

- Os Gastos com Pessoal (GP) fixaram-se em 115 Milhões de Meticais, apresentando um crescimento de 1% face a 2022. (Este valor contém gastos com assistência médica, novas contractações etc).



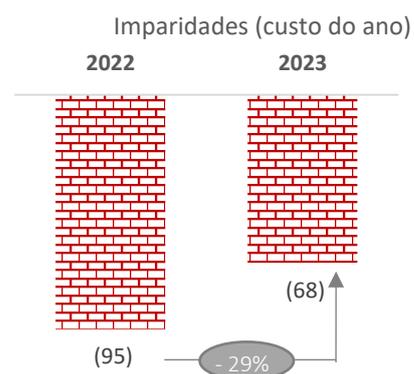
- Os Outros Gastos Operacionais (FSE) situaram-se em 124 Milhões de Meticais, o que se reflecte um aumento de 29% face ao ano anterior. Destaque para o aumento de custos associados a sistemas informáticos e cybergurança (+21%), licenciamento e a meios de pagamento, bem como honorários com despesas legais (+16%), seguros (86%) e formação (605%);
- O incremento das despesas com formação em mais de 5 vezes, sublinha o comprometimento do banco em evolução das carreiras profissionais dos nossos colaboradores e desenvolvimento do capital humano da instituição.
- As Amortizações e Depreciações situaram-se em 37 Milhões de Meticais, estando sem alterações notáveis.



Imparidades

As imparidades líquidas do ano fixaram-se em 68 Milhões de Meticais (96 Milhões de Meticais em 2022), resultando numa redução de 29% face ao ano passado. Esta redução do custo anual com imparidades reflecte o comportamento normal da carteira, após o abate efectuado em 2022. No entanto, a calibração do modelo de imparidade (IFRS9) levou a agravamento de alguns indicadores (PD 12m, PD ft e LGD) devido tendência crescente dos incumprimentos no último trimestre do ano, resultando constituição de imparidades adicionais para reflectir o comportamento de risco da carteira de crédito. Isto leva a imparidade acumulada do exercício até o nível de 257 Milhões de Meticais (189 Milhões de Meticais em 2022)

O total de imparidades acumuladas (257 Milhões de Meticais) representa um incremento na ordem de 30% comparativamente a 2022, distribuído maioritariamente entre segmento de funcionários públicos e corporate. No final do exercício de 2023, o nível de imparidades acumuladas cobre o NPL em 59%.



Deve ser notado que o microbanco efectua as revisões e calibrações do modelo de imparidades (IFRS 9) todos os anos, pautando pela prudência e abordagem conservadora no apuramento de risco de crédito e respectivo provisionamento.

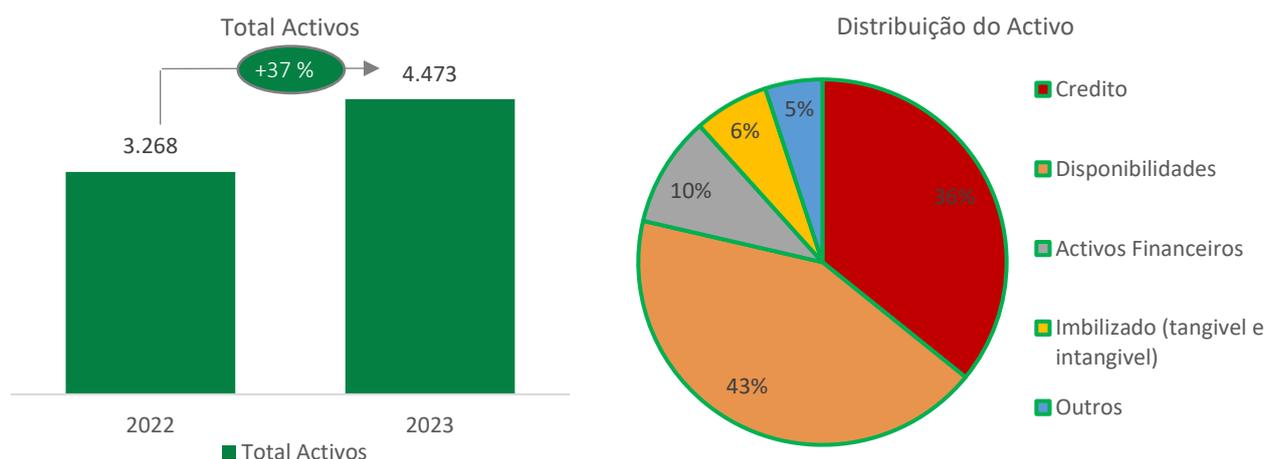


Análise de Balanço

Evolução do Activo

O activo total líquido situa-se nos 4.473 mil Milhões de Meticais no final de Dezembro de 2023, contra os 3.267 mil Milhões de Meticais apurados em igual período de 2022, o que representa um aumento na ordem de 37% (+ 1.205 mil Milhões de Meticais) principalmente devido a aumento de liquidez e de activos líquidos (financeiros) em 81% (+1.035 Milhões de Meticais).

No conjunto dos activos totais, o crédito a clientes, sendo um dos principais activos do banco, aumentou 4% ao longo do ano, representando um peso de 35% (2022: 44%) do total de activo, disponibilidades em instituições financeiras são 43% (2022: 30%), activos financeiros ao custo amortizado 9% (2022: 9%), Imobilizado (tangível e intangível) 6% (2022: 7%) e outros activos com 6% (2022: 6%).



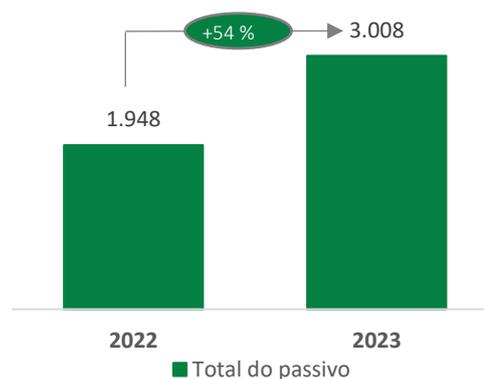
O aumento de investimento nos activos financeiros em quase três vezes foi derivado da ambiente favorável e elevadas taxas dos instrumentos disponíveis no mercado, tornando investimentos desta natureza atractivos e bastante seguros. A maioria de investimento financeiros foi feita em Obrigações de Tesouro adquiridos no mercado primário.

O aumento do nível de Reservas Obrigatórias duas vezes ao longo do ano passando de 10,50% para 39%, inicialmente, condicionou o crescimento dos activos do banco devido a potenciais restrições de liquidez. A gestão do banco conseguiu cumprir com todos níveis regulamentares sem recorrer a mercado monetário, e já no segundo semestre atingir um crescimento de liquidez e de activos líquidos na ordem de 42%. Isto resultou da capacidade do MAIS em reter e desenvolver operações com clientes existentes e atrair novos mantendo a meta de diversificação da base de clientes e fontes de *funding*.



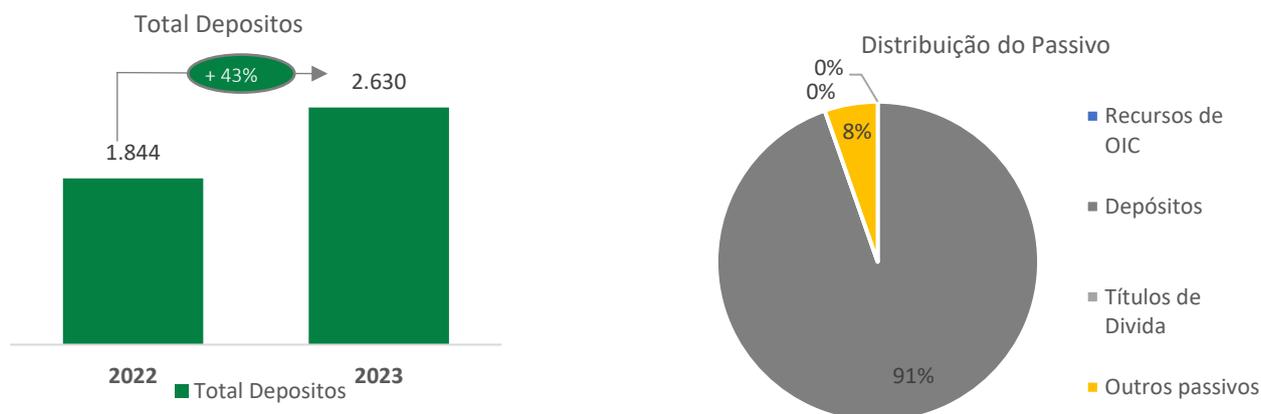
Passivo e Situação Líquida

O Passivo situou-se em 3.000 mil Milhões de Meticais, representando um aumento de 54% (+ 1.052 Milhões de Meticais) face a 2022 (1.947 mil Milhões de Meticais). Este aumento deveu-se, em grande medida, a entrada de *funding* no segundo semestre do exercício. Alguns fundos foram aplicados em produtos de Depósitos a Prazo, outros são destinadas a operações de Mercado de Capitais. Recorda-se que em 2022 o MAIS deixou de fazer as operações cambiais, *trade finance* e pagamentos internacionais devido a alteração da licença. Isto continua a exercer uma pressão sobre a liquidez e oferta de produtos colocando novos desafios ao negócio. Assim, para ultrapassar este desafio ao longo dos últimos dois anos (2022 e 2023) a gestão do MAIS tem lançado algumas campanhas e produtos que permitiram a captação de novos clientes e diversificação da carteira existente.



Assim, o total da carteira de depósitos atingiu o nível recorde na história do MAIS, totalizando 2.698 mil Milhões de Meticais em 2023, (1.843 mil Milhões de Meticais em 2022), resultando em crescimento em cerca de 46% face ao ano anterior. No fecho do exercício de 2023, o microbanco não recorreu a tomadas de fundos nem emissões de títulos corporativos para reforço do seu *funding*, torando, desta forma, a carteira de Depósito de clientes foi a única fonte de *funding* usada para alimentação das operações activas.

Actualmente volume de depósitos representa mais 90% do passivo. O resto é distribuído entre Outros passivos e provisões totalizando 10% (5% em 2022).



Cerca de 98% de recursos são constituídos em moeda nacional, devido a restrições administrativas e legais na movimentação da moeda estrangeira impostas pelo Banco Central, combinado com



elevadas taxas de reservas obrigatórias para moeda estrangeira, tornando a captação de funding em moeda estrangeira difícil e pouco rentável.

A rubrica de Recursos de OICs foi reduzida para zero, representando melhoria significativa no nível geral de liquidez. Ao longo do ano o MAIS não recorreu a tomadas de liquidez nos mercados monetários ou uso de produtos alternativos, tais como emissão de títulos dívida corporativa.



Por sua vez, a Situação Líquida teve crescimento na ordem de 9% atingindo 1.438 mil Milhões de Meticais (1.319 mil Milhões de Meticais em 2022) devido ao efeito de resultados positivos de 109 Milhões de Meticais (179 Milhões de Meticais em 2022). Os últimos quatro anos contribuíram com mais de 650 Milhões de Meticais de resultados positivos que por sua vez aumentaram os níveis de capitais próprios, nivelando os prejuízos acumulados dos primeiros exercícios e aproximando os Fundos Próprios ao Capital Social do MAIS.

Resultados e Rentabilidade

Em 2023, um ano difícil para o mercado financeiro moçambicano, o MAIS atingiu resultados positivos continuando com a tendência positiva dos últimos 4 anos, tendo assegurado um lucro de **144 Milhões de Meticais** (179 Milhões de Meticais em 2022). Apesar do lucro de 2023 ser 20% inferior ao de 2022, este resultado demonstra a solidez na performance do MAIS, que aguentou o choque provocado com aumento de Reservas Obrigatórias, inicial falta de liquidez e subida do custo de funding.





Deve ser notado que os resultados de 2023 foram influenciados tanto pelo comportamento da Margem Financeira, Despesas Administrativas e Imparidades. A Margem Financeira reduziu em cerca de 8% devido a efeito combinado da redução de proveitos com juros em 7% e aumento de custos com juros em 3%. Adicionalmente as perdas de reavaliação de activos em moeda estrangeira e aumento de custos administrativos MAIS contribuíram para redução do resultados em comparação co 2022. Assim, em termos operacionais, o EBITDA de 2023, foi 51% inferior a de 2022, e o Resultado Anual foi 39% inferior.

No entanto, caso considerar uma abordagem normalizada¹ o resultado de 2023, poderia ter atingido nível de 287 Milhões de Meticais, sendo 60% superior ao resultado de 2022. Este aumento teórico do resultado assenta no principal pressuposto que a liquidez livre que esta a ser utilizada para cumprimento de Reservas Obrigatórias poderia estar a ser aplicada em operações activas do mercado, gerando rentabilidade adicional a instituição.

¹ Abordagem Normalizada na elaboração de demonstrações financeiras envolve o ajuste de despesas ou receitas não recorrentes nas demonstrações financeiras ou métricas para que reflitam apenas as transações usuais de uma empresa.



MAIS
Microbanco Moçambicano de Apoio a
Investimentos, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2023

Conteúdo

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	4
Demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral.....	7
Demonstração da posição financeira.....	8
Demonstração da variação de capital próprio	9
Demonstração de fluxos de caixa	10
1.1. <i>Bases de apresentação</i>	11
1.2. <i>Julgamentos e estimativas contabilísticas significativas</i>	12
1.3. <i>Políticas contabilísticas</i>	13
2. <i>Margem financeira</i>	34
3. <i>Rendimentos com serviços e comissões</i>	34
4. <i>Resultado em operações financeiras</i>	35
5. <i>Gastos com pessoal</i>	35
6. <i>Outros gastos operacionais</i>	36
7. <i>Outros rendimentos operacionais</i>	37
8. <i>A reconciliação da taxa efectiva de imposto é apresentada como se segue:</i>	37
9. <i>Resultado por acção</i>	38
10. <i>Caixa e disponibilidade no Banco Central</i>	39
11. <i>Disponibilidades em outras instituições de crédito</i>	39
12. <i>Empréstimos e adiantamentos a bancos</i>	40
13. <i>Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	40
14. <i>Empréstimos e adiantamentos a clientes</i>	41
15. <i>Activos financeiros ao custo amortizado</i>	42
16. <i>Outros activos</i>	42
17. <i>Activos não correntes detidos para venda</i>	43
18. <i>Activos por impostos correntes</i>	43
19. <i>Activos tangíveis</i>	44
20. <i>Activos intangíveis</i>	45
21. <i>Recursos de clientes</i>	45
22. <i>Outros passivos</i>	46
23. <i>Provisões</i>	46



MAIS

Member of BISON Group

24.	<i>Capital social e reservas</i>	47
24.1	<i>Capital social</i>	47
24.2	<i>Reservas</i>	48
25.	<i>Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos</i>	48
26.	<i>Partes relacionadas</i>	48
27.	<i>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</i>	49
28.	<i>Justo valor</i>	50
29.	<i>Contingências</i>	52
30.	<i>Gestão do Risco, objectivos e políticas</i>	52
31.	<i>Eventos subsequentes</i>	64
32.	<i>Continuidade operacional</i>	64

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Microbanco Moçambicano de Apoio a Investimentos, S.A., que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2023, a Demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela implementação de um controlo interno que determina necessário para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, seja por fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema adequado de gestão de riscos, bem como pelo cumprimento das leis e regulamentos relevantes na República de Moçambique.

O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Microbanco continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não têm motivos para acreditar que a continuidade da actividade do Microbanco não se verificará no futuro previsível.

O auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão devidamente apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do MAIS SA, identificadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 29 de Maio de 2024 e assinadas em seu nome por:



Narciso Matos
Presidente do Conselho de Administração



Gildo Lucas
Administrador Delegado



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas do Microbanco Moçambique de Apoio ao investimentos, S.A.

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Microbanco Moçambicano de Apoio aos investimentos, S.A. (o Microbanco) que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023 e a demonstração de resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas do exercício findo nessa data, bem como notas explicativas, incluindo as políticas contabilísticas relevantes e outras informações explicativas constantes das páginas 7 a 64.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhantes apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Microbanco Moçambicano de Apoio aos investimentos, S.A em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e o seu fluxo de caixa do exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*Normas Contabilísticas NIRF*).

Base de Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do microbanco de acordo com o Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo as Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA) juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das demonstrações em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria correspondem às matérias que, no nosso julgamento profissional, foram mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente.

Determinámos que não existem matérias-chave de auditoria a comunicar no nosso relatório.

Outra Informação

Os Administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a Declaração de Responsabilidade dos Administradores, mas não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório do auditor sobre as mesmas, que obtivemos antes da data do presente relatório de auditoria, e o relatório anual, que se espera que nos seja disponibilizado após essa data.

A nossa opinião sobre as demonstrações não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia de sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Ao lermos o Relatório Anual, se concluirmos a existência de uma distorção material no mesmo, somos obrigados a comunicar a matéria aos responsáveis pela governação. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os Administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do microbanco de se manter em continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade e utilizar o pressuposto de continuidade, a menos que os Administradores pretendam dissolver o Grupo/ou o Banco e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do microbanco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pelos Administradores.



- Concluímos sobre a adequação do uso por parte dos Administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do microbanco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o microbanco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os Administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

Das matérias comunicadas aos administradores, determinamos as matérias que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são, por conseguinte, as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos estas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou os regulamentos impeçam a divulgação pública da matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório porque as consequências adversas de o fazer poderiam razoavelmente ultrapassar os benefícios de interesse público dessa comunicação.

KPMG Sociedade de Auditores Certificados 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Guaiaguaja, OCAM n.º 04/CA/OCAM/2012

Sócio

31 de Maio de 2024

Demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(valores expressos em Meticals)

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva	2	557.127.992	598.128.484
Juros e gastos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva	2	(152.402.488)	(157.425.884)
Margem financeira	2	404.725.504	440.702.601
Rendimentos com serviços e comissões	3	55.254.708	62.071.276
Gastos com serviços e comissões	3	(24.057.436)	(22.884.390)
Resultados de serviços e comissões	3	31.197.272	39.186.886
Resultado em operações financeiras	4	(517.318)	1.610.128
Rendimentos operacionais		435.405.458	481.499.615
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes	14	(67.722.410)	(94.618.352)
Rendimentos operacionais líquidos		367.683.048	386.881.263
Gastos com pessoal	5	(115.077.477)	(114.224.709)
Amortizações e depreciações	19, 20	(37.329.545)	(37.759.980)
Provisões líquidas	23	(7.631.746)	-
Outros gastos operacionais	6	(123.812.279)	(96.026.981)
Outros rendimentos e gastos operacionais	7	84.626.552	59.471.774
Resultado antes de impostos		168.458.553	198.341.367
Impostos correntes	8	(24.361.069)	(19.531.549)
Impostos diferidos	8	89.742	658.803
Resultado líquido do exercício		144.187.226	179.468.621
Resultado por acção			
Básicos	9	0,99	1,23
Diluídos	9	0,99	1,23

Demonstração da posição financeira

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(valores expressos em Meticals)

	Notas	2023	2022
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	522.868.529	253.237.870
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	78.314.552	68.077.898
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	1.312.010.156	658.559.621
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6.327.551	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1.506.896.353	1.450.624.710
Activos financeiros ao custo amortizado	15	399.838.940	297.449.090
Outros activos	16	276.952.344	196.590.919
Activos não correntes detidos para venda	17	66.972.106	66.972.106
Activos por impostos correntes	18	24.206.930	24.106.930
Activos tangíveis	19	233.386.079	197.628.704
Activos intangíveis	20	45.230.338	48.022.480
Total de activos		<u>4.473.003.878</u>	<u>3.267.597.879</u>
Passivo			
Recursos de clientes	21	2.698.569.235	1.843.618.961
Outros passivos	22	289.021.993	90.495.593
Provisões	23	9.762.586	2.130.840
Passivos por impostos diferidos	8	3.076.635	11.611.511
Total do passivo		<u>3.000.430.449</u>	<u>1.947.856.905</u>
Capital próprio			
Capital social	24	1.462.798.178	1.462.798.178
Reservas de reavaliação	24	42.458.591	42.658.687
Outras reservas	24	140.510.476	86.669.889
Resultados transitados		(173.193.816)	(272.385.780)
Total do capital próprio		<u>1.472.573.429</u>	<u>1.319.740.974</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>4.473.003.878</u>	<u>3.267.597.879</u>

Demonstração da variação de capital próprio

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(valores expressos em Meticals)

	Capital social (nota 26)	Reservas de reavaliação (nota 26)	Outras reservas (nota 26)	Resultados transitados	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	1,462,798,178	25,309,730	48,709,796	(413,894,307)	1,122,923,396
Redução da reservas de reavaliação	-	(1,517,702)	-	1,517,702	-
Aumento de reservas de reavaliação	-	18,866,659	-	-	18,866,659
Imposto diferido	-	658,803	-	(658,803)	-
Resultado do exercício	-	-	-	179,468,621	179,468,621
Reserva legal	-	-	37,960,093	(37,960,093)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1,462,798,178	42,658,687	86,669,889	(272,385,780)	1,319,740,974
Redução da reservas de reavaliação	-	(200,096)	-	-	(200,096)
Imposto diferido	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	144,187,226	144,187,226
Outras variações	-	-	-	8,845,324	8,845,324
Reserva legal	-	-	53,840,586	(53,840,586)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	1,462,798,178	42,458,591	140,510,476	(173,193,816)	1,472,573,429

Demonstração de fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(valores expressos em Meticals)

	Notas	2023	2023
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido		144.187.226	179.468.621
Ajustamentos de:			
Amortizações e depreciações	19,20	37.329.546	37.759.980
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes	14	67.722.410	94.618.352
Abate de crédito e adiantamentos a clientes	14	-	204.628.377
Margem financeira	2	(404.725.504)	(440.702.601)
Regularizações de activos tangíveis e intangíveis	19,20	41.604.123	-
Provisões	23	7.631.746	-
Impostos correntes	24	24.361.069	19.531.549
Impostos diferidos	24	(89.742)	(658.803)
Fluxos de caixa de actividades operacionais antes de variações de activos e passivos operacionais		(81.979.126)	94.645.475
Variações:			
Empréstimos e adiantamento a clientes		(123.994.053)	(75.533.701)
Outros activos		(80.361.425)	(1.693.219)
Recursos de outras instituições de crédito		-	(712.619)
Recursos de clientes		854.950.274	21.944.181
Outros passivos		213.402.713	12.394.503
Reservas obrigatórias		(139.947.037)	(238.528.223)
Fluxos de caixa das variações de activos e passivos operacionais		724.050.472	(282.129.078)
Juros recebidos	2	557.127.992	598.128.484
Juros pagos	2	(152.402.488)	(157.425.884)
Imposto sobre o rendimento pago	8	(24.271.327)	(17.743.634)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		1.022.525.523	235.475.363
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de Activos Tangíveis	19	(105.064.889)	(7.641.534)
Aquisição de Activos Intangíveis	20	(6.834.013)	(18.719.744)
Recebimentos em caixa da venda de activos financeiros ao custo amortizado	19	(102.389.850)	(190.577.905)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		(214.288.752)	(216.939.183)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos		-	(38.758.831)
Pagamento das locações		(14.865.958)	(14.876.313)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		(14.865.958)	(53.635.144)
Varição de caixa e equivalentes de caixa		793.370.811	(35.098.964)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27	742.457.383	777.556.347
Caixa e equivalentes no final do período	27	1.535.828.194	742.457.383

1. *Introdução*

O MAIS – Microbanco Moçambicano de Apoio aos investimentos, S.A. (doravante designado por MAIS ou Microbanco) é um Microbanco privado comercial, criado em 30 de Março de 1999, com sede social em Maputo na Avenida Julius Nyerere, nº2385. O MAIS continuou operações com a licença do Microbanco do nível Caixa Geral de Poupança e Crédito, aprovada pelo regulador Banco de Moçambique em 07 de Janeiro de 2021. O MAIS tem por objecto o exercício da actividade de instituição de crédito tipo Microbanco prevista na lei das instituições de crédito e sociedades financeiras. O MAIS centra a sua actividade no fornecimento de produtos competitivos a um nível excepcional de serviço aos seus clientes, estando mais direccionado para clientes Empresariais e Particulares.

1.1. *Bases de apresentação*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também requer que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Microbanco. As notas às demonstrações financeiras apresentam áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras do Microbanco.

As demonstrações financeiras do Microbanco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de Maio de 2024 e serão submetidas à aprovação dos acionistas na sua Assembleia - Geral ordinária.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Microbanco. Todos os valores foram arredondados aos valores mais próximo de Metical Moçambicano, salvo indicação em contrário.

1.2. Julgamentos e estimativas contabilísticas significativas

Durante a preparação das demonstrações financeiras anuais, a gestão é obrigada a efectuar julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os rendimentos, gastos, activos e passivos e a divulgação dos activos e passivos contingentes. A utilização das informações disponíveis e a aplicação de julgamentos são inerentes ao desenvolvimento de estimativas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os julgamentos da administração que poderão ter um efeito significactivo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Perdas de crédito esperadas de instrumentos financeiros: estabelecer os critérios para determinar se o risco de crédito sobre o activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, determinar a metodologia para incorporar informação prospectiva na mensuração das Perdas Esperadas de Crédito (PCE) e selecção e aprovação dos modelos utilizados para medir as PCE.

1.3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

a) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio na data da transação. Activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de relato e as resultants diferenças cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos do período a que se referem. Activos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras, que são apresentados ao custo histórico, são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

As compras ou vendas de activos financeiros que exigem a entrega de activos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Microbanco se compromete a comprar ou vender o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Microbanco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos termos contratuais e do modelo de negócios para a gestão dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor, excepto nos casos que são registados pelo justo valor através do resultado, o custo da transação é adicionado ou subtraído deste valor. Contas a receber de clientes são mensuradas pelo preço de transação.

Quando o justo valor de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial difere do preço da transação, o Microbanco regista os resultados do 1º dia.

iii) Resultados do primeiro dia

Quando o preço da transação é diferente do justo valor de outras transações correntes de mercado observáveis no mesmo instrumento, ou baseado em uma técnica de avaliação cujas variáveis incluem apenas dados de mercados observáveis, o Microbanco reconhece imediatamente a diferença entre o preço da transação e o justo valor (os resultados do primeiro dia) nos lucros ou prejuízos - “ganhos / (perdas) líquidos da negociação”. Nos casos em que o justo valor é determinado usando dados que não são observáveis, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo somente é reconhecida no resultado quando os insumos se tornam observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Vencimentos de bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes

Os valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes incluem activos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

- o Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter activos financeiros em ordem para recolher fluxos de caixa contratuais;
- o Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

v) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

a) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O Microbanco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda, na medida em que uma perda por imparidade ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como Fase 1 para fins de mensuração de ECLs. POCI – Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com problemas de crédito no reconhecimento inicial.

O Microbanco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- o Mudança na moeda do empréstimo
- o Introdução de um recurso de património
- o Alteração na contraparte
- o Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

ii) Desreconhecimento que não seja para modificação substancial de activos financeiros

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O Microbanco também desreconhece os activos financeiros se ambos tiverem transferido o activo financeiro e as transferências se qualificarem para desreconhecimento.

O Microbanco transfere o activo financeiro se:

- o Transferiu seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- o Reteve os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, aos terceiros sob um acordo de repasse.

iii) Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de uma nova responsabilidade. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro original e a contrapartida paga é reconhecida em lucros ou prejuízos.

b) Determinação do justo valor

O Microbanco avalia os instrumentos financeiros, ao justo valor em cada data de relato. O justo valor é o preço que seria recebido na venda de um activo ou será pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do justo valor é baseada na presunção de que a transação para vender o activo ou transferir o passivo ocorre:

- o No mercado principal para o activo ou passivo, ou
- o Na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o activo ou passivo

O mercado principal ou o mais vantajoso deve ser acessível pelo Microbanco.

O justo valor de um activo ou passivo é mensurado usando-se as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o activo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado actuam em seu melhor interesse económico.

A mensuração do justo valor de um activo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios económicos usando o activo no seu mais alto e melhor uso ou vendendo-o ao outro participante do mercado que usaria o activo no seu mais alto e melhor uso.

O Microbanco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os activos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de justo valor, descrita a seguir, com base no menor nível de entrada que seja significactivo para a mensuração do justo valor como um todo:

- Nível 1 – Preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significactivo para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do justo valor não é observável.

Para os activos e passivos cujo justo valor é mensurado de forma recorrente, o Microbanco determina se transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que seja significactivo para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de relatório.

c) Imparidade de activos financeiros

A adoção da IFRS 9 alterou o método de cálculo das perdas por imparidade, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de ECL voltada para o futuro. O Microbanco registou a provisão das perdas de crédito esperadas para todos os empréstimos e outros activos financeiros de dívida não detidos na FVPL, juntamente com os compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mencionados nesta seção como instrumentos financeiros.

As principais definições dos elementos utilizados para o cálculo da ECL são as seguintes:

A Probabilidade de Incumprimento (PD) é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. Um incumprimento só pode ocorrer em um determinado

momento durante o período avaliado, se o crédito não tiver sido anteriormente desreconhecido e ainda estiver na carteira.

A Exposição ao incumprimento (EAD) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato, incluindo reembolsos de capital e pagamento de juros e quaisquer outros saques esperados em créditos consolidados.

O cálculo da perda dado o incumprimento (LGD) é uma estimativa da perda que surge no caso em que uma incumprimento ocorre em um determinado momento. Baseia-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, incluindo a realização de quaisquer garantias ou melhorias de crédito que sejam parte integrante do empréstimo.

O Microbanco considera que a exposição de um cliente está em incumprimento quando o cliente fica 90 dias atrasado em seus pagamentos contratuais. O Microbanco considera em incumprimento os saldos de tesouraria e interbancários e toma medidas imediatas quando os pagamentos intradiários exigidos não são liquidados até o fecho dos negócios, conforme descrito nos contratos individuais.

A ECL é calculada pela multiplicação dos principais elementos mencionados acima (PD; EAD e LGD) ponderados pela exposição do cliente. Alguns ajustes são feitos para incorporar outros riscos esperados, como comportamento macroeconómico ou político.

Os clientes são agrupados de acordo com os seguintes segmentos: Corporativo, Individual, Funcionários, Funcionários Públicos e Instituições Financeiras.

A provisão para perdas de crédito esperadas é baseada nas perdas de crédito esperadas durante a vida do activo, a menos que não tenha havido aumento significativo no risco de crédito desde a origem, neste caso a provisão é baseada na perda esperada de crédito de 12 meses.

A perda de crédito esperada de 12 meses é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira que representa a perda de crédito esperada que resulta em eventos de inadimplência num instrumento financeiro que é possível dentro dos 12 meses após a data de relato.

Tanto a perda esperada de crédito ao longo da vida, quanto a perda esperada de crédito de 12 meses são calculadas individualmente ou coletivamente, dependendo da natureza da carteira subjacente de instrumentos financeiros.

O Microbanco estabeleceu uma política de realização de uma avaliação, no final de cada período de relatório, caso o risco de crédito de um instrumento financeiro aumente significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. O Microbanco identifica um aumento significativo no risco de crédito com base na avaliação dos elementos quantitativos e qualitativos relacionados com o activo financeiro através da monitorização contínua de todos os activos sujeitos à ECL. O Microbanco considera uma exposição significativamente aumentada no risco de crédito quando a PD da vida útil do IFRS 9 desde o reconhecimento inicial.

Com base no processo acima, o Microbanco agrupa os empréstimos conforme descrito abaixo:

- Etapa 1 – Quando os empréstimos são inicialmente reconhecidos, o Microbanco reconhece uma provisão com base na perda de crédito esperada de 12 meses, incluindo também os empréstimos em que o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 2.
- Etapa 2 – Quando um empréstimo mostra um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, o Microbanco regista uma provisão para a perda esperada de crédito ao longo da vida, também inclui empréstimos onde o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 3.
- Etapa 3 – Empréstimos considerados com perda de crédito, o Microbanco regista uma provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira e para os activos da Etapa 3, sua receita de juros é calculada sobre o valor contabilístico líquido.
- POCI — Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com perda de crédito no reconhecimento inicial. Os activos da POCI são registados pelo justo valor no reconhecimento inicial e a receita de juros é subsequentemente reconhecida com base na taxa de juros efetiva ajustada pelo crédito. O Microbanco reconhece a ECL vitalícia desses activos, sendo colocados em observação na Etapa 3 com avaliação contínua.

i) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de Outro Rendimento Integral (OCI)

A perda de crédito esperada para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral não reduz a quantia escriturada desses activos financeiros no balanço, que permanece no justo valor. Em vez disso, uma quantia igual à provisão que surgiria se os activos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com um custo correspondente em lucros ou prejuízos. A perda acumulada reconhecida em OCI é reciclada para lucros ou prejuízos aquando do desreconhecimento dos activos.

ii) Activos financeiros com perda de crédito comprados ou originados

Para activos financeiros com perda adquirida ou com crédito originado, o Microbanco somente reconhece as variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida desde o reconhecimento inicial na provisão para perdas por imparidade.

iii) Cartões de crédito e outras facilidades rotativas

O Microbanco oferece uma variedade de produtos corporativos e de retalho, como cheque especial e outras facilidades, em relação aos quais o Microbanco tem o direito de cancelar e /ou reduzir estas facilidades imediatamente. O Microbanco não limita sua exposição a perdas de crédito com o período de aviso contratual, mas calcula a perda de crédito esperada durante um período que reflete a expectativa do Microbanco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de inadimplência e os procedimentos futuros de mitigação de risco do Microbanco, que pode incluir a redução ou cancelamento das facilidades.

iv) Informação futura

Nos seus modelos de perdas de crédito esperadas, o Microbanco conta com ampla variedade de informações futuras como insumos económicos, tais como:

- Crescimento do PIB

- Taxas de desemprego
- Taxas básicas do Banco Central
- Índices de preços de habitação.

Estes inputs e modelos utilizados para o cálculo das perdas de crédito esperadas nem sempre podem capturar todas as características do mercado na data das demonstrações financeiras. Para refletir isso, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitos como ajustes temporários quando essas diferenças são significativas.

v) Valorização de garantias

O Microbanco procura utilizar garantias, sempre que possível, para mitigar seus riscos sobre activos financeiros. A garantia vem em várias formas, tais como dinheiro, valores mobiliários, cartas / garantias de crédito, imóveis, contas a receber, inventários, outros activos não financeiros e reforço de crédito, tais como acordos de compensação. O justo valor da garantia é geralmente avaliado, no mínimo, no início e com base no cronograma de divulgação trimestral do Microbanco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, dinheiro ou títulos relacionados a exigências de margens, são avaliadas diariamente.

Na medida do possível, o Microbanco usa dados de mercado activo para avaliar activos financeiros, mantidos como garantia. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado prontamente determinável são avaliados usando modelos. As garantias não financeiras, como imóveis, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, como corretores de hipotecas, índices de preços de imóveis, demonstrações financeiras auditadas e outras fontes independentes.

vi) Garantias recuperadas

A política do Microbanco é determinar se um activo recuperado é melhor utilizado para suas operações internas ou se deve ser vendido. Activos determinados como úteis para as operações internas são transferidos para a respectiva categoria de activos pelo menor valor recuperado ou pela quantia escriturada garantida do activo original. Activos que são

determinados para serem vendidos são imediatamente transferidos para activos detidos para venda pelo seu justo valor na data de reintegração de posse, de acordo com a política do Microbanco.

vii) Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos parcialmente ou na sua totalidade somente quando o Microbanco deixou de procurar a sua recuperação. Se o valor a ser desreconhecido for maior do que a provisão para perda acumulada, a diferença é primeiro tratada como um acréscimo à provisão que é então aplicada contra a quantia escriturada bruta. Quaisquer recuperações subsequentes são creditadas em um gasto de perda de crédito menos os dispêndios necessários para liquidar qualquer obrigação financeira que surja como resultado da garantia associada a esse activo.

d) Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Microbanco avaliava regularmente a existência de uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimados. Os critérios que o Microbanco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em falência ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;

- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - o Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - o Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
 - o Depreciação do valor do colateral; e
 - o Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Microbanco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Microbanco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Microbanco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Microbanco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com sinais de imparidade são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro com garantia reflecte os

fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Abates

O Microbanco reconhece uma perda por imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como tendo sofrido imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação. O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito em lucros ou prejuízos.

e) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço se, e somente se, houver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de os liquidar em uma base líquida, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Garantias financeiras

No curso normal dos negócios, o Microbanco oferece garantias financeiras, consistindo em cartas de crédito, garantias e aceitações. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (dentro de “Outros passivos”) pelo justo valor, sendo o prêmio recebido. Após o reconhecimento inicial, o Microbanco aplica o maior valor entre o valor da provisão para perdas ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do lucro reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.

g) Reconhecimento de receita e despesa

O Microbanco reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos ao cliente em um valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os seguintes critérios específicos de reconhecimento também devem ser considerados antes da receita ser reconhecida.

h) Rendimento de juros e similares

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, o rendimento ou gasto de juros é registado pelo método da taxa efetiva de juros, que é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou um período mais curto no caso activos com imparidade de crédito.

i) Receitas de comissões

O Microbanco recebe receita de honorários e comissões de serviços que presta aos seus clientes. A receita de taxas pode ser dividida nas duas categorias seguintes:

Receita de taxa obtida de serviços que são fornecidos durante um certo período de tempo:

As comissões recebidas dos serviços prestados durante um período de tempo são acumuladas ao longo desse período. Essas taxas incluem receitas de comissões cobradas na prestação de serviços, como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Receita de taxa pela prestação de serviços de transação, sendo que as taxas são reconhecidas como receita quando um acto significactivo foi concluído.

h) Receita líquida de negociação

Receita líquida de negociação inclui ganhos e perdas decorrentes de transações em moeda estrangeira e conversão de itens monetários em moeda estrangeira.

i) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa referidos na demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, saldos irrestritos mantidos junto do Banco de Moçambique e quantias devidas de outros bancos ao pedido e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos e mensurados pelo custo amortizado.

j) Propriedades e equipamento

As propriedades e equipamento, excepto os edifícios que são mensurados pelo modelo de reavaliação, são registados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de substituir parte de um item de propriedades e equipamento é reconhecido na quantia escriturada do item se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados na parcela serão transferidos para o microbanco e o seu custo pode ser mensurado com segurança. Os custos do serviço diário de propriedades e equipamento são reconhecidos em lucros ou prejuízos conforme incorridos.

A depreciação é calculada usando o método das quotas constantes para registar o custo de propriedades e equipamentos aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos activos são revisados e ajustados prospectivamente, se apropriado, a cada data de relatório. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios	20 - 50
Obras em edifícios arrendados	4 - 6
Equipamentos	4 – 10

Um item de propriedades e equipamento é desreconhecido quando da alienação ou quando não há benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como sendo a diferença entre o valor da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em “Outras receitas operacionais” ou “Outras despesas operacionais” no exercício em que o activo for desreconhecido.

k) Activos intangíveis

Activos intangíveis incluem o valor do software de computador. O software adquirido pelo Microbanco é apresentado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando o Microbanco consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que gere benefícios económicos futuros, e possa mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento. Os custos capitalizados do software desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do software e são amortizados durante sua vida útil. Softwares desenvolvidos internamente são apresentados ao custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

A amortização é reconhecida em lucros ou prejuízos pelo método das quotas constants durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido aquando da alienação ou quando não são esperados benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do activo) é reconhecido em “Outras receitas operacionais” ou “Outras despesas operacionais” no exercício em que o activo é desreconhecido.

l) Benefícios aos colaboradores

Benefícios de curto prazo aos colaboradores

Custos com pessoal

Os benefícios de curto prazo aos colaboradores, que incluem salários, acréscimos de custos com desempenho, deduções salariais e impostos são reconhecidos á medida que o serviço relacionado é prestado. Os custos com desempenho são reconhecidos na medida em que o Microbanco tem uma obrigação presente para com os seus colaboradores que pode ser mensurada de forma fiável, e são reconhecidos numa base não descontada durante o período de serviço que os colaboradores devem prestar para se qualificarem para os benefícios.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como um custo na data que ocorrer mais cedo entre o momento em que o Microbanco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e o momento em que o Microbanco reconhece os custos de uma reestruturação. Se não se esperar que os benefícios sejam liquidados integralmente no período de 12 meses a partir da data do balanço, os mesmos serão descontados.

m) Imparidade de activos não financeiros

O Microbanco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que a quantia escriturada pode estar em imparidade, se há uma indicação de que um activo não financeiro pode estar com problemas de recuperabilidade. Se tal indicação existir, ou quando o teste anual de imparidade de um activo for requerido, o Microbanco fará uma estimativa do valor recuperável do activo. Quando a quantia escriturada de um activo excede seu valor recuperável, o activo é considerado em imparidade e é baixado ao seu valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transações recentes de mercado são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para activos excluindo o goodwill, é efetuada uma avaliação em cada data de relato para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Microbanco estima o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que a quantia escriturada do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda a quantia escriturada que teria sido apurada, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida perda no valor recuperável do activo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida em lucros ou prejuízos.

n) Impostos

i) Imposto corrente

Os activos e passivos por impostos correntes dos anos correntes e anteriores são medidos pelo montante que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular a quantia são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de relato.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias na data de relato entre as bases fiscais de activos e passivos e suas quantias escrituradas para fins de divulgação financeira. Os passivos por imposto diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico, nem o lucro ou prejuízo tributável; e
- Relativamente a diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, em que a tempestividade da reversão das diferenças temporárias

pode ser controlada e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não usados e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e o transporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados podem ser utilizados, excepto:

- Quando o activo fiscal diferido relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico nem o lucro ou prejuízo tributável.
- Em relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos activos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A quantia escriturada dos impostos diferidos activos é revista em cada data de relato e reduzida na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do activo por imposto diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos activos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relato e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo fiscal diferido seja recuperado.

Impostos diferidos activos e passivos são mensurados com base nas taxas que se espera aplicar no exercício em que o activo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas taxas de imposto (e legislação tributária) promulgadas ou substantivamente promulgadas na data de relato.

O imposto corrente e o imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no capital próprio também são reconhecidos no capital próprio e não em lucros ou prejuízos.

Os activos e passivos fiscais são compensados se existir um direito legalmente executável de compensar os activos fiscais contra passivos fiscais relacionados à mesma entidade fiscal e à mesma autoridade tributária.

o) Reservas

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Microbanco deve atribuir anualmente a uma reserva legal, não menos de 30% do lucro antes de impostos, após o pagamento de impostos, até que esta reserva seja igual ao montante do capital social.

p) Activos não correntes detidos para venda

Este grupo de activos são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os mesmos ou estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Os activos não correntes detidos para venda que o Microbanco actualmente possui são os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Microbanco. A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis.

q) Locações.

Definição de locação

A definição de locação acarreta uma abordagem no controlo do activo identificado no contrato, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um activo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse activo identificado durante o período coberto pelo contrato em troca de uma retribuição.

Impactos na óptica do locatário

O Microbanco reconhece para todas as locações, com excepção das locações com um período inferior a 12 meses ou para locações que incidam sobre activos de valor unitário reduzido:

- Um activo pelo direito de uso adquirido, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o Valor Presente (NPV) do passivo da locação, acrescidos de pagamentos efectuados deduzidos de incentivos à locação recebidos, bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do activo subjacente e/ou com restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato);
- Um passivo de locação, contabilizado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
 - Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - Pagamentos de locação variáveis, que dependem de um incentivo ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou taxa à data de início do contrato;

Para determinar a taxa de juro implícita na locação, os pagamentos da locação são descontados de acordo com a taxa Libor para os contratos em ou indexados a USD e de acordo com a taxa MIMO acrescida de um spread de 1.5% para os contratos em MZN, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a reflectir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a reflectir os pagamentos de locação;
- A quantia contabilizada é recalculada de forma a reflectir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para reflectir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo de locação.

O Microbanco reavalia um passivo de locação e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo de direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação e o passivo de locação é reavaliado descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;

- Houver uma alteração dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juros variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- Um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

2. Margem financeira

A margem financeira apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<i>Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva</i>		
Empréstimos e adiantamento a clientes	458,628,903	485,043,857
Empréstimos e adiantamentos a bancos	53,369,251	77,078,540
Activos financeiros ao custo amortizado	45,122,899	35,612,587
Outros	6,939	393,500
	<u>557,127,992</u>	<u>598,128,484</u>
<i>Juros e gastos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva</i>		
Recursos de clientes	135,996,534	133,984,703
Recursos de outras instituições de crédito	1,359,891	-
Loações	6,117,134	6,117,134
Outros	8,928,929	17,324,046
	<u>152,402,488</u>	<u>157,425,883</u>
	<u>404,725,504</u>	<u>440,702,601</u>

3. Rendimentos com serviços e comissões

A rubrica referente a rendimentos com serviços e comissões apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Rendimentos de comissões de garantias e avales prestados	5.421.775	7.035.908
Rendimentos de comissões de serviços bancários prestados	26.350.922	21.772.311
Outros rendimentos de serviços e comissões	23.482.011	33.263.057
	<u>55.254.708</u>	<u>62.071.276</u>
<i>Gastos com serviços e comissões</i>		
Gastos com comissões de serviços recebidos	24.057.436	22.884.390
	<u>24.057.436</u>	<u>22.884.390</u>
	<u>31.197.272</u>	<u>39.186.886</u>

4. Resultado em operações financeiras

A rubrica referente a resultado em operações financeiras diz respeito a resultado proveniente das operações cambiais:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<i>Rendimentos e ganhos com operações financeiras</i>		
Rendimentos e ganhos com operações cambiais	90.163.049	92.435.291
<i>Gastos e perdas com operações financeiras</i>		
Gastos e perdas com operações cambiais	<u>(90.680.367)</u>	<u>(90.825.163)</u>
<i>Resultado com operações financeiras</i>	<u>(517.318)</u>	<u>1.610.128</u>

5. Gastos com pessoal

A rubrica gastos com pessoal apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e subsídios	107.500.635	108.605.650
Encargos sociais obrigatórios	3.710.659	3.494.706
Outros gastos com pessoal	<u>3.866.183</u>	<u>2.124.353</u>
	<u>115.077.477</u>	<u>114.224.709</u>

6. Outros gastos operacionais

O saldo desta rubrica é decomposto como mostra o quadro abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Avenças e honorários	39,735,957	34,337,588
Consumíveis	3,819,111	3,848,363
Rendas e alugueres	420,854	261,730
Água, energia e combustível	6,273,730	5,875,186
Deslocações, estadias e despesas de representação	792,787	1,166,328
Vigilância e segurança das instalações	7,306,940	7,155,614
Impostos indirectos	1,374,442	1,068,774
Multas e penalizações	5,038,862	363,274
Donativos e quotizações	946,436	997,338
Comunicações	11,471,604	9,610,794
Outros(nota 6.1)	46,631,555	31,341,992
	<u>123,812,279</u>	<u>96,026,981</u>

6.1. A rubrica outros inclui o seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impressões cópias e encardenação	1,005,070	943,506
Seguros	7,958,132	4,279,248
Serviços de higiene e conforto	1,837,813	1,484,298
Transporte de valores	582,258	670,262
Formação	2,014,129	285,516
Indes	6,198	434,510
Despesas com marketing e publicidade	348,390	288,809
Perdas de juros e outros encargos de exercícios	8,851,807	8,226,129
Outros	24,027,758	14,729,713
	<u>46,631,555</u>	<u>31,341,992</u>

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica é apresentada com a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recuperação de empréstimos e adiantamentos à clientes	14.915.296	46.952.029
Outros	69.711.256	12.519.745
	<u>84.626.552</u>	<u>59.471.774</u>

8. A reconciliação da taxa efectiva de imposto:

A rubrica de imposto correntes tem a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos correntes		
Imposto corrente (8.1)	7,134,691	-
Obrigações de tesouro	17,226,378	19,531,549
	<u>24,361,069</u>	<u>19,531,549</u>
Imposto diferido (8.2)	<u>(89,742)</u>	<u>(658,803)</u>
Total do imposto sobre o rendimento	24,271,327	18,872,746

8.1. Reconciliação do impostos corrente:

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<u>Taxa de imposto</u>	<u>Valor</u>	<u>Taxa de imposto</u>	<u>Valor</u>
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		168.458.553		198.341.367
Impostos correntes		(24.271.326)		(18.872.746)
<u>Correcções fiscais:</u>				
Encargos não dedutíveis	25%	42.559.753	3%	36.976.226
Rendimentos não tributáveis	-58%	(97.233.914)	-17%	(104.303.494)
Resultado após correcções fiscais		<u>89.513.066</u>		<u>112.141.353</u>
Prejuízos fiscais a (utilizar)/reportar	-40%	(67.217.158)	-14%	(179.358.511)
Lucro/(Prejuízo) Tributável		<u>22.295.908</u>		<u>(67.217.158)</u>
Provisão para imposto corrente	32%	<u>7.134.691</u>	-	-

8.2. Os movimentos nos impostos diferidos:

	Demonstração de resultados		Capital próprio		31 de Dezembro de 2023
	1 de Janeiro de 2023	Gastos e perdas	Rendimentos e Ganhos	Aumento	
Passivos por impostos diferidos					
Activos tangíveis	10,293,905	-	(89,742)	(7,127,528)	3,076,635
	10,293,905	-	(89,742)	-	3,076,635

	Demonstração de resultados		Capital próprio		31 de Dezembro de 2022
	1 de Janeiro de 2022	Gastos e perdas	Rendimentos e Ganhos	Aumento	
Passivos por impostos diferidos					
Activos tangíveis	11.611.511	-	(658.803)	-	(658.803)
	11.611.511	-	(658.803)	-	(658.803)

9. Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Microbanco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas e em circulação.

O cálculo do resultado por acção básico e diluído, em 31 de Dezembro de 2023, baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários no valor de 144.187.227 Meticais (2022: 179.468.621 Meticais) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 de 146.279.818 acções (2022: 146.279.818 Meticais), calculado como segue:

	2023	2022
Resultado atribuível aos accionistas		
Resultado do exercício	144,187,226	179,468,621
Média ponderada - Acções ordinárias	146,279,818	146,279,818
Resultado por acção		
Básicos	0.99	1.23
Diluídos	0.99	1.23

10. Caixa e disponibilidade no Banco Central

A rubrica Caixa e disponibilidade no Banco Central apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa		
Moeda nacional	51.811.150	70.843.817
Moeda estrangeira	1.199.546	2.822.350
	<u>53.010.696</u>	<u>73.666.167</u>
Saldo no Banco de Moçambique		
Moeda nacional	449.487.726	158.587.482
Moeda estrangeira	20.370.107	20.984.221
	<u>469.857.833</u>	<u>179.571.703</u>
	<u>522.868.529</u>	<u>253.237.870</u>

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa nos termos do aviso nº 12/GBM/2020 e é calculado com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. Em 31 de Dezembro de 2023, o coeficiente de reservas obrigatórias para os depósitos em moeda nacional era de 39.00% (2022: 10.5%) e 39,00% (2022: 34.5%) para os depósitos em moeda estrangeira.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, o Banco registou um lucro líquido de 144.187.226 de Meticais (2022: Lucro de 179.468.621 Meticais), tendo conseguido segurar níveis sólidos de liquidez num ambiente atípico com aumento de Reservas Obrigatória até 39% em moeda nacional.

11. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos nacionais		
Moeda nacional	8,096,815	9,115,915
Moeda estrangeira	244,792	243,569
	<u>8,341,607</u>	<u>9,359,484</u>
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	69,972,945	58,718,414
	<u>69,972,945</u>	<u>58,718,414</u>
	<u>78,314,552</u>	<u>68,077,898</u>

O montante constante nesta rubrica representa os saldos que o Microbanco possui junto de outras instituições de crédito (bancos).

12. Empréstimos e adiantamentos a bancos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Moeda nacional	1.312.010.156	658.559.621
	<u>1.312.010.156</u>	<u>658.559.621</u>

O saldo desta rubrica representa o conjunto de aplicações com prazos inferiores a um mês, feitos na sua maioria no Banco de Moçambique.

13. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

No final de 2023 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Participação		
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)	6.327.551	6.327.551
	<u>6.327.551</u>	<u>6.327.551</u>

O saldo dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, respeita a participação do Microbanco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores. O Microbanco detém 0.5% do capital social da SIMO.

14. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Moeda nacional		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.427.805.287	1.466.291.005
Descobertos em conta	906.033	11.724.145
	<u>1.428.711.320</u>	<u>1.478.015.150</u>
Vencido e não em imparidade	334.826.791	161.533.064
	<u>1.763.538.111</u>	<u>1.639.548.214</u>
Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes	(256.641.758)	(188.923.504)
	<u>1.506.896.353</u>	<u>1.450.624.710</u>

Abaixo segue a análise de movimentos de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	Colectiva	Individual	Total	Colectiva	Individual	Total
Em 1 de Janeiro	72,555,856	116,367,647	188,923,503	20,951,069	277,982,460	298,933,529
Imparidades do exercício	42,085,075	146,060,750	188,145,825	57,562,989	72,910,243	130,473,232
Reversões no ano	(71,407,024)	(49,016,392)	(120,423,416)	(5,958,202)	(29,896,678)	(35,854,880)
Utilização/(desreconhecimento)	-	(4,154)	(4,154)	-	(204,628,377)	(204,628,377)
Em 31 de Dezembro	<u>43,233,907</u>	<u>213,407,851</u>	<u>256,641,758</u>	<u>72,555,856</u>	<u>116,367,647</u>	<u>188,923,504</u>

Durante o exercício de 2023 não foram efectuados abates de empréstimos e adiantamentos a clientes, sendo estes programados para o início do próximo ano.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imparidade de novos créditos	42,085,075	57,562,990
Incremento em imparidade de créditos existentes	146,060,750	72,910,242
Desreconhecimento de imparidades	(120,423,417)	(35,854,880)
Imparidade do exercício	<u>67,722,408</u>	<u>94,618,352</u>

A decomposição dos empréstimos por segmento é como se segue:

	2023			2022		
	Valor Bruto	Perdas de crédito esperadas	Quantia Escriturada	Valor Bruto	Perdas de crédito esperadas	Quantia Escriturada
Retalho	1,027,263,761	(106,961,416)	920,302,345	1,240,473,366	(126,613,218)	1,113,860,148
Corporate	613,662,283	(143,339,231)	470,323,052	252,258,825	(60,004,222)	192,254,603
Staff	50,741,878	(137,785)	50,604,093	49,960,211	(2,073,079)	47,887,132
Outros	71,870,189	(6,203,326)	65,666,863	96,855,812	(232,985)	96,622,827
	1,763,538,111	(256,641,758)	1,506,896,353	1,639,548,214	(188,923,504)	1,450,624,710

15. Activos financeiros ao custo amortizado

A rubrica apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Obrigações do tesouro	299.796.219	297.449.090
Bilhetes do tesouro	100.042.721	-
	399.838.940	297.449.090

As obrigações do tesouro representam aplicações de longo prazo (até 4 anos).

A tabela abaixo mostra as taxas e prazos para cada uma das emissões referente a 2023:

Obrigações	Montante	Data de Início	Data de Maturidade	Taxa
Bilhes de Tesouro 91 dias	100.042.721	12/12/2023	12/03/2024	17,25%
Obrigações de Tesouro 2022 6ª Série	58.272.034	22/06/2022	08/06/2026	17,00%
Obrigações de Tesouro 2022 5ª Série	141.830.000	25/05/2022	08/06/2025	17,00%
Obrigações de Tesouro 2019 8ª Série	99.694.185	24/04/2019	24/04/2024	10,00%

A tabela abaixo mostra as taxas e prazos para carteira de 2022:

Obrigações	Montante	Data de Início	Data de Maturidade	Taxa
Obrigações de Tesouro 2022 6ª Série	55.924.905	22/06/2022	08/06/2026	17,00%
Obrigações de Tesouro 2022 5ª Série	141.830.000	25/05/2022	08/06/2025	17,00%
Obrigações de Tesouro 2019 8ª Série	99.694.185	24/04/2019	24/04/2024	10,00%

16. Outros activos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com encargo diferido	25,174,578	15,473,599
Adiantamento a Tesouro Titulos por receber	7,177,000	7,177,000
Garantia em depósito ⁱ	12,000,000	12,000,000
Caução	2,400,975	2,390,251
Outros valores a receber ⁱⁱ	230,199,790	159,550,069
	<u>276,952,344</u>	<u>196,590,919</u>

- i. O depósito em garantia de depositos está relacionado à garantia que o Microbanco fez no Banco Central.
- ii. O saldo de outros valores a receber inclui a dívida da Geocapital - Gestão de participações, SA de 9.792.960 Meticias que é uma remuneração que este acionista concordou em pagar ao Microbanco devido ao aumento de capital. Isto foi solicitado pelos outros acionistas e totalmente acordado pela Geocapital. Esta rubrica também inclui o valor de 186.153.480 meticiais (2022: 136.051.110 meticias) que está relacionado com a execusão juricial contra a EMOSE. O aumento deste valor deve-se a reconhecimento formal por parte da EMOSE da sentença de Tribunal a favor do MAIS, aguardando-se apenas a recepção dos valores.

17. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2023, o Microbanco tinha em carteira como activos não correntes detidos para venda quatro imóveis, nomeadamente:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	<u>66.972.106</u>	<u>66.972.106</u>

18. Activos por impostos correntes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pagamento por conta (IRPC)	1.146.129	1.046.129
Retenções na fonte	23.060.801	23.060.801
	<u>24.206.930</u>	<u>24.106.930</u>

19. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Edifícios	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
Custo:					
Em 1 de Janeiro de 2022	168.755.027	112.273.446	57.679.724	40.091.149	378.799.347
Adições	-	18.586.236	-	(10.944.702)	7.641.534
Regularizações	-	-	-	18.848.217	18.848.217
31 de Dezembro de 2022	168.755.027	130.859.682	57.679.724	47.994.664	405.289.097
Adições	-	26.161.212	15.673.990	63.229.687	105.064.889
Regularizações	(2.197.727)	-	-	(37.932.485)	(40.130.214)
31 de Dezembro de 2023	166.557.300	157.020.894	73.353.714	73.291.866	470.223.772
	Edifícios	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
Depreciação acumulada					
Saldo em 1 de Janeiro 2022	66.733.216	86.974.377	30.100.095	-	183.807.688
Depreciação do exercício	11.835.620	7.484.702	4.532.383	-	23.852.705
31 de Dezembro de 2022	78.568.836	94.459.079	34.632.478	-	207.660.393
Depreciação do exercício	13.669.760	10.909.848	4.597.691	-	29.177.299
31 de Dezembro de 2023	92.238.596	105.368.927	39.230.169	-	236.837.692
Quantia escriturada:					
1de Janeiro 2022	102.021.811	25.299.069	27.579.629	40.091.149	194.991.659
31 de Dezembro de 2022	90.186.191	36.400.603	23.047.246	47.994.664	197.628.704
31 de Dezembro de 2023	74.318.704	51.651.967	34.123.545	73.291.866	233.386.079

Em 31 de Dezembro de 2023, o valor de activos tangíveis inclui activos de direito de uso no valor de 63.033.497 Meticais (2022: 26.140.034 Meticais) relativo ao arrendamento de agências e escritório onde se localiza a sede.

20. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

	Software	Licenças	Outros	Investimentos em curso	Total
Custo:					
Em 1 de Janeiro de 2022	156.032.824	2.894.664	16.701.230	43.186.825	218.815.543
Adições	18.649.546	70.199	-	-	18.719.745
Regularizações	-	-	-	(15.027.813)	(15.027.813)
31 de Dezembro de 2022	174.682.370	2.964.863	16.701.230	28.159.012	222.507.475
Adições	6.162.592	671.420	-	-	6.834.012
Regularizações	-	-	-	(1.473.911)	(1.473.911)
31 de Dezembro de 2023	180.844.962	3.636.283	16.701.230	26.685.101	227.867.578
Amortização					
Saldo em 1 de Janeiro 2022	156.218.267	2.828.077	1.531.377	-	160.577.720
Amortização do exercício	13.493.872	234.818	178.584	-	13.907.274
31 de Dezembro de 2022	169.712.139	3.062.895	1.709.961	-	174.484.994
Amortização do exercício	7.909.916	137.647	104.683	-	8.152.246
31 de Dezembro de 2023	177.622.055	3.200.542	1.814.644	-	182.637.240
Valor líquido:					
1 de Janeiro 2022	(185.443)	66.587	15.169.853	43.186.825	58.237.823
31 de Dezembro de 2022	4.970.231	(98.032)	14.991.269	28.159.012	48.022.480
31 de Dezembro de 2023	3.222.907	435.741	14.886.586	26.685.101	45.230.338

21. Recursos de clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2023	2022
Depósitos à ordem		
Moeda nacional	853.980.660	745.512.602
Moeda estrangeira	13.485.217	14.156.488
	<u>867.465.877</u>	<u>759.669.090</u>
Depósitos à prazo		
Moeda nacional	1.830.336.835	1.083.630.522
Moeda estrangeira	766.523	319.349
	<u>1.831.103.358</u>	<u>1.083.949.871</u>
	<u>2.698.569.235</u>	<u>1.843.618.961</u>

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos à ordem	867,465,877	759,669,090
Até 3 meses	476,393,231	476,393,231
Entre 3 meses e um ano	1,354,710,127	607,556,640
	<u>2,698,569,235</u>	<u>1,843,618,961</u>

22. Outros passivos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Compensações	17,409,867	6,467,777
Credores e outros recursos	202,545,654	12,824,217
Credores por locações	50,219,259	22,526,036
Outros encargos a pagar	12,062,080	41,650,787
Outros	6,785,133	7,026,776
	<u>289,021,993</u>	<u>90,495,593</u>

A rubrica de Credores e outros recursos inclui os valores dos cupões de OTs recebidos mas não alocados devido a falta de informação com referências a cupões e beneficiários. A alocação e distribuição aconteceu no início do exercício seguinte.

23. Provisões

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>Provisões para litígios</u>	<u>Provisões para litígios</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	2.130.840	2.130.840
Aumento	7.631.746	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<u>9.762.586</u>	<u>2.130.840</u>

A provisão refere-se a litígios em curso que estão em tribunal por despedimento sem justa causa e o montante é o custo estimado provável dos resultados desfavoráveis para o Microbanco. O horizonte temporal estimado até a conclusão destes litígios é incerto. O aumento em 2023 refere-se a valores provisionados para os casos em tribunal que tiveram desenvolvimentos desfavoráveis para o MAIS.

24. Capital social e reservas

24.1 Capital social

A 31 de Dezembro de 2023, o capital social do MAIS S.A. encontra-se totalmente subscrito e realizado. Segundo o código comercial e a ordem do Banco de Moçambique recebida em 2021, 21.279.818 acções ordinárias, de 10 Meticals cada, correspondentes a 212.798.180 Meticals foram reclassificadas do accionista Bison Capital Holding para as acções próprias do MAIS S.A.

O capital social do Microbanco apresenta a seguinte estrutura accionista:

2023	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
Accionista				
Bison Capital Holding Company Limited	60.000.000	10	600.000.000	41,02%
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31.289.788	10	312.897.880	21,39%
Africinvest Financial Sector Limited	28.213.020	10	282.130.200	19,29%
Gildo Dos Santos Lucas	2.726.876	10	27.268.760	1,86%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1.899.299	10	18.992.990	1,30%
MAIS S.A. (own shares)	21.279.818	10	212.798.178	14,55%
Outros	871.017	10	8.710.170	0,60%
	146.279.818		1.462.798.178	100,00%

2022	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
Accionista				
Bison Capital Holding Company Limited	60.000.000	10	600.000.000	41,02%
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31.289.788	10	312.897.880	21,39%
Africinvest Financial Sector Limited	28.213.020	10	282.130.200	19,29%
Gildo Dos Santos Lucas	2.726.876	10	27.268.760	1,86%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1.899.299	10	18.992.990	1,30%
MAIS S.A. (own shares)	21.279.818	10	212.798.178	14,55%
Outros	871.017	10	8.710.170	0,60%
	146.279.818		1.462.798.178	100,00%

24.2 Reservas

As reservas são apresentadas como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva de reavaliação	42,458,591	42,658,687
Reservas legal	140,510,476	86,669,889
	<u>182,969,067</u>	<u>129,328,576</u>

O aumento na reserva legal resulta da constituição de reserva adicional de 53.840.586 Meticais (2022: 37.960.093 Meticais) sendo 30% do resultado do ano anterior.

25. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Amortização e depreciação (notas 19, 20)	37,329,546	37,759,980
Imparidade líquida (nota 14)	67,722,410	94,618,352
Provisões líquidas	7,631,746	-
	<u>112,683,702</u>	<u>132,378,332</u>

26. Partes relacionadas

Nos termos da IAS 24, são entidades relacionadas aquelas nas quais o Banco exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e aquelas que exercem influência significativa sobre a gestão do Banco (Pessoal Chave: Membros do Conselho de Administração e Directores Centrais). Com as entidades relacionadas ocorrem algumas transacções bancárias, realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio.

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		<u>Outros activos</u>
<i>Accionistas</i>		
Geocapital - Gestão de Participações	2023	9.792.960
	2022	9.792.960

Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2023, os vencimentos do Orgão de Gestão fixaram-se em 23.430.813 Meticais (2022: 23.572.512 Meticais) devido a diminuição da rubrica de outras remunerações.

27. Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dinheiro em caixa		
Moeda nacional (nota 10)	51,811,150	70,843,817
Moeda estrangeira (nota 10)	1,199,546	2,822,350
	<u>53,010,696</u>	<u>73,666,167</u>
Saldos no Banco de Moçambique		
Moeda nacional (nota 10)	449,487,726	158,587,482
Moeda estrangeira (nota 10)	20,370,107	20,984,221
	<u>469,857,833</u>	<u>179,571,703</u>
Saldos em outras instituições de crédito		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 11)	78,314,554	68,077,898
	<u>78,314,554</u>	<u>68,077,898</u>
Outras aplicações de curto prazo		
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 12)	1,312,010,156	658,559,621
	<u>1,312,010,156</u>	<u>658,559,621</u>
Menos: Reservas obrigatórias no Banco de Moçambique (nota 10, 11)	(377,365,045)	(237,418,007)
	<u>1,535,828,194</u>	<u>742,457,383</u>

28. Justo valor

O MAIS utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis;
- Nível 2: Outras técnicas de valorização para as quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente;
- Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data de relato. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes. A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	78,314,552	78,314,552
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	-	1,312,010,156	1,312,010,156
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	1,506,896,353	1,506,896,353
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	399,838,940	399,838,940
	-	-	3,297,060,001	3,297,060,001
Passivos financeiros				
Recursos de clientes	-	-	2,698,569,235	2,698,569,235
	-	-	2,698,569,235	2,698,569,235
	-	-	598,490,764	598,490,765
2022				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros ao custo amortizado				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	68,077,898	68,077,898
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	-	658,559,621	658,559,621
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	1,450,624,710	1,450,624,710
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	297,449,090	297,449,090
	-	-	2,474,711,319	2,474,711,319
Passivos financeiros				
Recursos de clientes	-	-	2,698,569,235	2,698,569,235
	-	-	2,698,569,235	2,698,569,235

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do MAIS que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2023		2022	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78,314,552	78,314,552	68,077,898	68,077,898
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	1,312,010,156	1,312,010,156	658,559,621	658,559,621
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,506,896,353	1,506,896,353	1,450,624,710	1,450,624,710
Activos financeiros ao custo amortizado	399,838,940	399,838,940	297,449,090	297,449,090
	3,297,060,001	3,297,060,001	2,474,711,319	2,474,711,319
Passivos financeiros				
Recursos de clientes	2,698,569,235	2,698,569,235	1,843,618,961	1,843,618,961
	2,698,569,235	2,698,569,235	1,843,618,961	1,843,618,961
	598,490,764	598,490,764	631,092,358	631,092,358

O Conselho de Administração considera que o Caixa e Disponibilidades no Banco Central e Disponibilidades em Instituições de Crédito aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo Valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação. Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos activos financeiros são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado com variáveis observáveis no mercado.
- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são obtidos através do método de fluxo de caixa descontado.

29. Contingências

Garantias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Garantias bancárias	<u>71.232.607</u>	<u>203.489.930</u>

O saldo das Garantias Bancárias refere-se a garantias emitidas para os clientes do banco, sendo estas na sua maioria em meticais.

30. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Microbanco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Microbanco.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Microbanco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Microbanco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Microbanco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros Microbancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Microbanco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminua. O risco de crédito que o Microbanco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Microbanco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades. Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Microbanco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo. A

exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Microbanco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Microbanco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Microbanco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Microbanco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2023 e 2022 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Microbanco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

	Notas	2023	2022
Caixa e disponibilidade no Banco Central	10	522,868,529	253,237,870
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	78,314,552	68,077,898
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	1,312,010,156	658,559,621
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6,327,551	6,327,551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1,506,896,353	1,450,624,710
Activos financeiros ao custo amortizado	15	399,838,940	297,449,090
Outros activos	16	251,777,766	181,117,320
Total dos activos		4,078,033,847	2,915,394,060
Exposição ao risco de crédito relacionada com a demonstração da posição financeira			
Garantias Bancárias	30	71,232,607	203,489,930
		71,232,607	203,489,930
Exposição total ao risco de crédito		4,149,266,454	3,118,883,990

Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Microbanco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

Rating interno	2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Médio	1.057.797.754			1.057.797.754
Vencido e não em imparidade		411.155.396		411.155.396
Vencido e em imparidade			294.584.962	294.584.962
Total em 31 de Dezembro	1.057.797.754	411.155.396	294.584.962	1.763.538.112

Rating interno	2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Médio	1.356.135.037			1.356.135.037
Vencido e não em imparidade		40.280.263		40.280.263
Vencido e em imparidade			243.132.914	243.132.914
Total em 31 de Dezembro	1.356.135.037	40.280.263	243.132.914	1.639.548.214

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra e reversão, dinheiro ou títulos. No corrente ano não houve reversões de transação de recompra;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito		Colateral líquido	Exposição líquida
		Caixa	Edifícios		
Caixa e disponibilidade no Banco Central	522,868,529	-	-	-	522,868,529
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78,314,552	-	-	-	78,314,552
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	1,312,010,156	-	-	-	1,312,010,156
Activos financeiros ao custo amortizado	399,838,940	-	-	-	399,838,940
Activos financeiros ao justo valor através de outro	6,327,551	-	-	-	6,327,551
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empresas	470,323,052	8,600,000	1,106,400,419	1,115,000,419	(644,677,367)
Particulares	985,969,208	23,720,000	160,266,019	183,986,019	801,983,189
Colaboradores	50,604,093	-	9,520,000	9,520,000	41,084,093
Outros activos	251,777,766	-	-	-	251,777,766
	4,078,033,847	32,320,000	1,276,186,438	1,308,506,438	2,769,527,408

2022	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito		Colateral líquido	Exposição líquida
		Caixa	Edifícios		
Caixa e disponibilidade no Banco Central	253.237.870	-	-	-	253.237.870
Disponibilidades em outras instituições de crédito	68.077.898	-	-	-	68.077.898
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	658.559.621	-	-	-	658.559.621
Activos financeiros ao custo amortizado	297.449.090	-	-	-	297.449.090
Activos financeiros ao justo valor através de outro	6.327.551	-	-	-	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empresas	311.166.557	30.650.000	615.402.404	646.052.404	(334.885.847)
Particulares	1.089.491.889	-	201.377.580	201.377.580	888.114.309
Colaboradores	49.966.264	-	31.262.400	31.262.400	18.703.864
Outros activos	181.117.320	-	-	-	181.117.320
	2.915.394.060	30.650.000	848.042.384	878.692.384	2.036.701.676

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Microbanco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros. A análise da concentração do risco de crédito por tipo de cliente apresenta-se como segue:

2023	Caixa e disponibilidade e no Banco Central	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	470,323,053	-	6,327,551	-	476,650,604
Particulares	-	-	-	1,036,573,300	-	-	-	1,036,573,300
Governo	522,868,529	-	-	-	399,838,940	-	-	922,707,469
Serviços financeiros	-	78,314,552	1,312,010,156	-	-	-	-	1,390,324,708
Outros	-	-	-	-	-	-	251,777,766	251,777,766
	522,868,529	78,314,552	1,312,010,156	1,506,896,353	399,838,940	6,327,551	251,777,766	4,078,033,847

2022	Caixa e disponibilidade e no Banco Central	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	311.166.557	-	6.327.551	-	317.494.108
Particulares	-	-	-	1.139.458.153	-	-	-	1.139.458.153
Governo	253.237.870	-	-	-	297.449.090	-	-	550.686.960
Serviços financeiros	-	68.077.898	658.559.621	-	-	-	-	726.637.519
Outros	-	-	-	-	-	-	181.117.320	181.117.320
	253.237.870	68.077.898	658.559.621	1.450.624.710	297.449.090	6.327.551	181.117.320	2.915.394.060

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Microbanco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado

para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário. O Microbanco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Microbanco detém reservas obrigatórias correspondentes a 39,00% e 39.5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado em moeda nacional e moeda estrangeira respectivamente. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Microbanco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Microbanco com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2023	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	522.868.529	-	-	-	-	522.868.529
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78.314.552	-	-	-	-	78.314.552
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	1.312.010.156	-	-	-	1.312.010.156
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6.327.551	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	294.510.485	147.410.423	877.125.253	187.850.192	1.506.896.353
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	99.694.185	300.144.756	-	399.838.940
Outros activos	-	251.777.766	-	-	-	251.777.766
Total do activo	601.183.081	1.858.298.407	247.104.608	1.177.270.009	194.177.743	4.078.033.848
Passivos financeiros						
Recursos de clientes	867.465.878	476.393.231	1.354.710.127	-	-	2.698.569.235
Outros passivos	-	289.021.993	-	-	-	289.021.993
Total do passivo	867.465.878	765.415.224	1.354.710.127	-	-	2.987.591.229
Excesso(Escassez) de liquidez	(266.282.797)	1.092.883.182	(1.107.605.518)	1.177.270.009	194.177.743	1.090.442.619

2022	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	253.237.870	-	-	-	-	253.237.870
Disponibilidades em outras instituições de crédito	68.077.898	-	-	-	-	68.077.898
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	658.559.621	-	-	-	658.559.621
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6.327.551	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	59.211.300	92.478.571	1.117.687.634	181.247.205	1.450.624.710
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	297.449.090	-	297.449.090
Outros activos	-	181.117.320	-	-	-	181.117.320
Total do activo	321.315.768	898.888.241	92.478.571	1.415.136.724	187.574.756	2.915.394.060
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes	759.669.090	476.393.231	607.556.640	-	-	1.843.618.961
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	90.495.593	-	-	-	90.495.593
Total do passivo	759.669.090	566.888.824	607.556.640	-	-	1.934.114.554
Excesso(Escassez) de liquidez	(438.353.322)	331.999.417	(515.078.069)	1.415.136.724	187.574.756	981.279.506

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. Actualmente, devido a mudança de licença o MAIS não efectua operações cambiais com cliente ou contrapartes correspondentes.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Microbanco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos. O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensurados pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data

contratada e a sua maturidade. O Microbanco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

A tabela abaixo resume a exposição bruta do Microbanco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2023:

2023

Activos

	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	522,868,529	522,868,529
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	78,314,552	78,314,552
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	1,312,010,156	-	-	-	1,312,010,156
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	-	-	-	6,327,551	6,327,551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	294,510,485	147,410,423	1,064,975,445	-	1,506,896,353
Activos financeiros ao custo amortizado	-	99,694,185	300,144,756	-	399,838,940
Outros activos	251,777,766	-	-	24,227,246	276,005,012
Total dos activos não descontados	1,858,298,407	247,104,608	1,365,120,201	631,737,878	4,102,261,093

2022

Activos

	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	253.237.870	253.237.870
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	68.077.898	68.077.898
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	658.559.621	-	-	-	658.559.621
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	-	-	-	6.327.551	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	59.211.300	92.478.571	1.298.934.839	-	1.450.624.710
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	297.449.090	-	297.449.090
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Outros activos	181.117.320	-	-	14.526.267	195.643.587
Total dos activos não descontados	898.888.240	92.478.571	1.596.383.929	342.169.586	2.929.920.327

Passivos

Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Recursos de clientes	476.393.231	607.556.640	-	759.669.090	1.843.618.961
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	0	-	0
Outros passivos	90.495.594	-	-	-	90.495.594
Total dos passivos não descontados	566.888.825	607.556.640	0	759.669.090	1.934.114.555
Gap acumulado	331.999.415	(515.078.069)	1.596.383.929	(417.499.504)	995.805.771

A sensibilidade em lucros ou prejuízos da alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável é a seguinte:

	<u>Variação em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado após</u>
2023	+50pb	1.748.203
	-50pb	(1.748.203)
2022	+50pb	(1.574.107)
	-50pb	1.574.107

Risco cambial

O Microbanco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. Entretanto, devido a alteração da licença para microbanco, o MAIS deixou efectuar as operações cambiais com os seus clientes e contrapartes correspondentes. Assim, o valor de registados nas contas refere-se apenas a reavaliação cambial da posição mantida nas contas. O lucro antes do imposto em 31 de Dezembro de 2023 sofreria uma redução em cerca de 56.997 Meticais (em 31 de Dezembro de 2022, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 326.703 Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

A análise de sensibilidade será baseada no pressuposto de um movimento de 3%, em cada direcção. A informação abaixo reflecte o efeito de tal movimento em lucros ou prejuízos:

	USD	EURO	ZAR	GBP
2023	1.955.158	392.360	279.766	137.871
2022	2.075.761	70.935	84.248	91.692

Se as moedas estrangeiras enfraquecessem / fortalecessem relativamente ao Metical pelos mesmos percentuais estabelecidos no quadro acima, observaríamos um efeito igual, mas oposto em lucro ou prejuízos.

31-dez-23				
Moeda	Posição líquida	Taxa de câmbio	Varição da taxa de	Impacto no resultado
US Dollar	65.171.949	63,90	0%	479
Euro	13.078.654	70,65	4%	7.045
ZAR	9.325.524	3,47	-7%	(194.015)
GBP	4.595.712	81,24	6%	3.239
				(183.252)

31-dez-22				
Moeda	Posição líquida	Taxa de câmbio	Varição da taxa de	Impacto no resultado
US Dollar	69.192.036	63,87	0%	679
Euro	2.364.510	68,06	-6%	(2.024)
ZAR	2.808.276	3,74	-7%	(52.300)
GBP	2.371.917	76,84	-11%	(3.352)
				(56.997)

A tabela abaixo resume a exposição do Microbanco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2023. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

2023	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	501,310,817	12,241,173	1,410,019	7,598,212	308,306	522,868,529
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8,096,814	50,182,701	12,975,029	2,766,476	4,293,532	78,314,552
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	1,305,070,156	-	-	6,940,000	-	1,312,010,156
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6,327,551					6,327,551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,506,896,353					1,506,896,353
Activos financeiros ao custo amortizado	399,838,940					399,838,940
Outros activos	266,973,009	9,394,543	584,793	-	-	276,952,344
	3,994,513,640	71,818,417	14,969,841	17,304,686	4,601,838	4,103,208,427
Passivo						
Recursos de clientes	2,683,723,572	5,934,468	941,540	7,963,530	6,126	2,698,569,235
Outros passivos	287,344,714	712,000	949,647	15,632	-	289,021,993
	2,971,068,286	6,646,468	1,891,187	7,979,162	6,126	2,987,591,229
Exposição líquida	1,023,445,354	65,171,948	13,078,654	9,325,524	4,595,712	1,115,617,198

2022	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	226.388.019	16.370.253	945.382	9.207.086	327.129	253.237.869
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.094.408	43.937.336	5.675.793	2.632.483	2.737.878	68.077.898
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	658.559.621	-	-	-	-	658.559.621
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.327.551	-	-	-	-	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.442.091.855	8.532.855	-	-	-	1.450.624.710
Activos financeiros ao custo amortizado	297.449.090	-	-	-	-	297.449.090
Outros activos	181.836.539	12.231.022	2.479.024	44.333	-	196.590.919
	<u>2.825.747.084</u>	<u>81.071.466</u>	<u>9.100.199</u>	<u>11.883.902</u>	<u>3.065.007</u>	<u>2.930.867.658</u>
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes	1.830.561.410	11.023.069	1.006.399	1.019.463	8.620	1.843.618.961
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	75.853.778	856.362	5.729.290	8.056.164	-	90.495.593
	<u>1.906.415.188</u>	<u>11.879.431</u>	<u>6.735.689</u>	<u>9.075.627</u>	<u>8.620</u>	<u>1.934.114.554</u>
Exposição líquida	<u>919.331.896</u>	<u>69.192.035</u>	<u>2.364.510</u>	<u>2.808.275</u>	<u>3.056.387</u>	<u>996.753.103</u>

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Microbanco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Microbanco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Microbanco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Microbanco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Microbanco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Microbanco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio;
- e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Microbanco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada microbanco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 8%. A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Microbanco para o exercício findo em 31 de Dezembro 2023, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

O principal objectivo da gestão de capital do Microbanco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	1,462,798,178	1,462,798,178
Resultados transitados	(173,193,816)	(272,385,780)
Activos intangíveis	(45,230,338)	(48,022,480)
Insuficiência de provisões	(130,723,135)	(19,951,915)
Total dos fundos próprios de base (Tier I)	<u>1,113,650,889</u>	<u>1,122,438,003</u>
Fundos próprios complementares (core Tier II)		
Outros	43,317,490	19,545,007
Total dos fundos próprios complementares (core Tier II)	<u>43,317,490</u>	<u>19,545,007</u>
Fundos próprios elegíveis (Tier I and Tier II)	<u>1,156,968,379</u>	<u>1,142,841,908</u>
Activos ponderados pelo risco (RWA)		
Activos do balanço	1,952,350,071	1,789,692,845
Activos fora do balanço	35,616,304	101,741,770
Riscos operacional e de mercado	182,535,805	163,361,165
Total dos activos ponderados pelo risco	<u>2,170,502,180</u>	<u>2,054,795,780</u>
Rácios prudenciais		
Core Tier I	51.31%	54.67%
Core Tier II	2.00%	0.95%
Rácio de solvabilidade	53.30%	55.62%
Rácio de solvabilidade mínimo exigido	8.00%	8.00%

31. Eventos subsequentes

O microbanco não tem evidência de ocorrência de eventos significativos após 31 de Dezembro de 2023, que afectam a compreensão dos elementos que compõem as demonstrações financeiras.

32. Continuidade operacional

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nas políticas contabilísticas aplicáveis a uma instituição em actividade. Essa base pressupõe que os fundos estarão disponíveis para financiar operações futuras e que a realização de activos bem como a liquidação de obrigações e compromissos contingentes do passivo ocorrerão no curso normal dos negócios.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, o Banco registou um lucro líquido de 144 milhões de Meticalis (2022: Lucro de 179 milhões de Meticalis), tendo conseguido segurar níveis sólidos de liquidez num ambiente atípico com aumento de Reservas Obrigatória até 39% em moeda nacional.

Os diretores e accionistas continuam a perseguir os planos para obter fontes de capital social adicional que permitira regressar a licença do banco comercial. Sendo estes:

- Junto dos actuais accionistas;
- Explorar a possibilidade de busca de financiamento e fusão com outro banco;
- Entrada de novo investidor na estrutura acionista do banco.

Qualquer uma das medidas acima garantirá a continuidade das operações do Microbanco.

Dessa forma, as demonstrações financeiras são preparadas com base nas políticas contábeis aplicáveis a uma instituição em continuidade de operações.

MODELO III (PASSIVO)

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

(Valores expressos em milhares)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2023	2022
		MZN	MZN
Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	-	-
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	2.698.569	1.843.619
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	-	-
44	Derivados de cobertura	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
47	Provisões	9.763	2.131
490	Passivos por impostos correntes	-	-
491	Passivos por impostos diferidos	3.077	10.294
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) +	Instrumentos representativos de capital	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1)	Outros passivos subordinados	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	289.022	90.496
Total de Passivo		3.000.430	1.946.539
Capital			
55	Capital	1.462.798	1.462.798
602	Prémios de emissão	-	-
57	Outros instrumentos de capital	-	-
- 56	(Acções próprias)	-	-
58 + 59	Reservas de reavaliação	42.459	42.459
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	(176.871)	(363.667)
64	Resultado do exercício	144.187	179.469
- 63	(Dividendos antecipados)	-	-
Total de Capital		1.472.573	1.321.059
Total de Passivo + Capital		4.473.004	3.267.598

MODELO IV

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

(Valores expressos em milhares)

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2023	2022
79 + 80	Juros e rendimentos similares		557.128	598.128
66 + 67	Juros e encargos similares		(152.402)	(157.426)
	Margem financeira		404.726	440.703
82	Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
81	Rendimentos com serviços e comissões		55.255	62.071
68	Encargos com serviços e comissões		(24.057)	(22.884)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		(3.310)	(2.203)
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		979	3.813
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		82.809	59.472
	Produto bancário		516.400	540.971
70	Custos com pessoal		(115.077)	(114.225)
71	Gastos gerais administrativos		(123.812)	(96.027)
77	Amortizações do exercício		(37.330)	(37.760)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		(4.000)	-
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		(67.722)	(94.618)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
	Resultados antes de impostos		168.459	198.341
	Impostos			
65	Correntes		(24.930)	(19.532)
74 - 86	Diferidos		659	659
640	Resultados após impostos		144.187	179.469
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-

**Extracto da Acta de
Assembleia Geral Ordinária de 30 de Maio de 2024
Do MICROBANCO MAIS, S.A.**

Serve a presente folha para apresentar o extracto da acta da assembleia geral ordinária de trinta de Maio de dois mil e vinte e quatro do MICROBANCO MAIS, S.A., realizada em Maputo, na sua sede social, na Avenida Julius Nyerere, número 2385, conduzida pelo Presidente da Mesa, o Exmo. Senhor Doutor Ivandro Marcos, e secretariado pelo Exmo. Senhor Doutor Momedé Ussene Popat, respeitante aos pontos um, dois, três e quatro da Ordem de Trabalhos, conforme convocatória feita em Jornal Notícias do dia 13 de Abril de dois mil e vinte e quatro, atinentes à (i) apreciação e deliberação do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras Auditadas, referentes ao exercício económico de 2023, (ii) apreciação do Parecer emitido pelo Auditor Externo referente às contas do exercício económico de 2023, (iii) apreciação do Parecer Fiscal Único referente ao Relatório e contas do exercício económico de 2023 e (iv) apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício económico de 2023, respectivamente, com o teor abaixo indicado: -----
(...)

----- De seguida, o Presidente colocou à discussão simultânea os pontos um e dois da agenda, designadamente, apreciação e deliberação do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras Auditadas, referentes ao exercício económico de 2023, e apreciação do Parecer emitido pelo Auditor Externo referente às contas do exercício económico de 2023, respectivamente (...).

----- No geral, os accionistas teceram elogios, congratulando a administração do Microbanco MAIS, S.A. pelos resultados positivos alcançados, apesar dos desafios de que representou o exercício económico 2023 (...).

----- O Auditor Externo, a KPMG, reviu o relatório e as contas e concluiu não existirem observações ou correcções a serem feitas emitindo uma opinião limpa e sem reservas (...).

----- De seguida, o Presidente colocou à votação o Relatório e Contas referentes ao exercício económico de 2023. Os accionistas aprovaram por unanimidade o Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras Auditadas, referentes ao exercício económico de 2023. -----

(...) -----
----- O Presidente colocou à apreciação o três da Ordem de Trabalhos, atinente ao Parecer do Fiscal Único, relativamente ao Relatório e Contas do exercício económico de 2023, o qual, no essencial, transmite uma nota positiva aos resultados alcançados, e propõe que parte dos lucros sejam incorporados à reserva, depois de liquidados os competentes impostos. -----

(....) -----
----- O Presidente colocou em discussão a proposta de aplicação dos resultados do exercício económico do ano 2023. Começou por pedir ao Prof Gildo Lucas, na qualidade de CEO, que apresentasse o tema. Coadjuvado pelo CFO, Dr. Valentim Chernysh, explicou que o Conselho de Administração, reunido em sessão no dia 29 de Maio de 2024, propunha aos accionistas a seguinte aplicação dos resultados: -----

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2023, o MAIS, S.A. obteve um lucro de **144.187.227 Meticais**.

O Conselho de Administração propõem que, relativamente ao exercício de 2023, não sejam distribuídos dividendos, e todo o resultado seja incorporado em Resultados Transitados e Reserva Legal, ambos reforçando os Fundos Próprios do Banco.

A reserva legal corresponde a uma reserva estatutária e obrigatória prevista pela Lei n.º 20/2020 de 31 de Dezembro 2020 - Instituições de Crédito mediante a qual uma fracção não inferior a 30 % dos lucros líquidos apurados em cada exercício deve ser destinada à formação de uma reserva legal até ao limite do capital social.

Neste contexto, em função do resultado positivo apurado no exercício de 2023 de **144.187.227 Meticais**, propõem-se constituir uma reserva de 30%, correspondente a **43.256.168,02 Meticias**.

----- Colocado à votação, os accionistas votaram a favor e por unanimidade a proposta de aplicação dos resultados, nos precisos termos sugeridos pelo Conselho de Administração acima transcritos. -----

(.....)

O Presidente da Mesa



Dr Ivandro Marcos

O Secretário



Momedede Popat

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2023, o MAIS, S.A. obteve um lucro de **144.187.227 Meticais**.

O Conselho de Administração propõem que, relativamente ao exercício de 2023, não sejam distribuídos dividendos, e todo o resultado seja incorporado em Resultados Transitados e Reserva Legal, ambos reforçando os Fundos Próprios do Banco.

A reserva legal corresponde a uma reserva estatutária e obrigatória prevista pela Lei n.º 20/2020 de 31 de Dezembro 2020 - Instituições de Crédito mediante a qual uma fracção não inferior a 30 % dos lucros líquidos apurados em cada exercício deve ser destinada à formação de uma reserva legal até ao limite do capital social.

Neste contexto, em função do resultado positivo apurado no exercício de 2023 de **144.187.227 Meticais**, propõem-se constituir uma reserva de 30%, correspondente a **43.256.168 Meticias**.

Maputo, 29 de Maio 2024

O Conselho de Administração

Dr. Narciso Matos Presidente de Conselho de Administração	
Dr. Bian Fang Vice-Presidente de Conselho de Administração	
Dr. Mehdi Gharbi Administrador não Executivo	
Dr. João Cristovão Administrador não Executivo	
Dr. Gildo dos Santos Lucas Administrador Delegado	

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu Relatório e emitir o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 2023, apresentados pelo Conselho de Administração do MICROBANCO MOÇAMBICANO DE APOIO A INVESTIMENTOS, S.A.

O Fiscal Único teve acesso à informação que considerou relevante para o cabal exercício das suas funções. Por ter sido nomeado no final de 2023 apenas reuniu-se no final do exercício com o Conselho de Administração e restantes direcções para obter o necessário entendimento e informações necessárias para o desempenho das suas funções.

Ao longo das diversas reuniões, este Fiscal único dedicou especial atenção, mas não limitando, a:

- Desenvolvimento e acções de reestruturação interna;
- Regular revisão das demonstrações financeiras;
- Revisão das constatações da Auditoria Interna;
- Revisão das constatações do Banco de Moçambique;
- Revisão dos relatórios de Auditoria Externa;
- Acompanhamento das decisões do Conselho de Administração
- Acompanhamento das decisões do Comité de Auditoria e do Comité de Risco.

O Fiscal Único apreciou o teor do relatório dos Auditores Externos relativo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo a 31 de Dezembro de 2023.

O Fiscal Único é de opinião que as demonstrações financeiras do exercício económico de 2023, apresentam de forma verdadeira e apropriada os resultados da entidade, e foram preparadas de acordo com as Normas Financeiras de Relato Internacional, e estão de acordo com a Lei e disposições estatutárias, assim como as normas emitidas pelo Banco de Moçambique.

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia-Geral Anual aprove:

- (i) O Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2023; e
- (ii) A proposta do Conselho de Administração para a transferência dos Resultados Líquidos do exercício (RLE) de 144 187 227 Meticais para:
 - a. 43 256 128 Meticais para Reservas Legais (30% dos RLE);
 - b. 100 931 059 Meticais para resultados transitados (70% dos RLE).

O Fiscal Único

BDO (MOÇAMBIQUE), LDA,

Sociedade de Auditores Certificados, nº 02/SAC/OCAM/2012, representada por:

Abdul Satar Hamid
Auditor Certificado: 01/CA/OCAM/2012

Maputo, 30 de Maio de 2024

